

ISSN 18078834

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

43
jul/set, 2015



OBRA PUBLICADA PELO

**PRESIDENTE**

Marcos Costa Holanda

DIRETORES

Manoel Lucena dos Santos
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Luiz Carlos Everton de Farias
Romildo Carneiro Rolim
Francisco das Chagas Soares
Isaías Matos Dantas

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS
DO NORDESTE – ETENE**

Francisco José Araújo Bezerra
Superintendente

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Tibério Rômulo Romão Bernardo
Gerente de Ambiente

Luciano J. F. Ximenes
Gerente Executivo E. E. – Célula de Estudos e Pesquisas

Leonardo Dias Lima - Gerente Executivo E.E. – *Central de Infor-
mações Econômicas, Sociais e Tecnológicas*

CORPO EDITORIAL**Editor-Chefe**

Francisco José Araújo Bezerra

Editor-Executivo

Luciano Jany Feijão Ximenes

Editor-Científico

Airton Saboya Valente Júnior

Secretário

Wellington Santos Damasceno

EQUIPE TÉCNICA**Produto Interno Bruto**

Jacqueline Nogueira Cambota

Produção Agropecuária

Jackson Dantas Coêlho
Luciano Jany Feijão Ximenes

Produção Industrial

Fernando Luiz Emerenciano Viana

Comércio e Serviços

Wellington Santos Damasceno

Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão
Fernando Luiz Emerenciano Viana

Cenário Internacional

Airton Saboya Valente Júnior

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Intermediação Financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Índices de Preços

Antônio Ricardo de Norões Vidal
Allisson David de Oliveira Martins

Estagiária

Francisca Crisia Diniz

Preparação e Tabulação de Dados

Hamilton Reis de Oliveira
Leonardo Dias Lima

Revisão

Hermano José Pinho

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A
Escritório Técnico de Estudos Econômicos
do Nordeste - ETENE

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo
Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL
Telefone: (85) 3299.3033
Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 43 (julho - setembro. 2015). – Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2015 -

46 p.

Semestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS	4
1.1. O desequilíbrio fiscal no Nordeste e a baixa arrecadação própria municipal	4
1.2. Setor agropecuário do Nordeste em tempos de crise: sinopse	9
2. NÍVEL DE ATIVIDADE	16
2.1. Produto Interno Bruto (PIB)	16
2.2. Produção agropecuária	19
2.3. Produção industrial	23
2.4. Comércio e serviços	26
3. MERCADO DE TRABALHO	28
4. SETOR EXTERNO	31
4.1. Cenário internacional	31
4.2. Comércio exterior	32
5. FINANÇAS PÚBLICAS	34
5.1. Transferências Constitucionais.....	35
5.2. Arrecadação de ICMS	36
6. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	37
6.1. Saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional	37
6.2. Saldo das operações de crédito e depósitos do sistema financeiro nordestino	39
6.3. BNB: Taxas de juros, saldo dos depósitos e operações de crédito	41
7. ÍNDICE DE PREÇOS	43
7.1. Inflação.....	43
7.2. Cesta básica regional.....	44
ANEXO A – PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS: NORDESTE E BRASIL - 2015	45
ANEXO B – VALORES ABSOLUTOS	46
ANEXO C – VALORES DOS PRINCIPAIS INDICADORES (%)	47

1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

1.1. O desequilíbrio fiscal no Nordeste e a baixa arrecadação própria municipal

Antônio Ricardo de Norões Vidal
Economista do BNB/ETENE
ricardovidal@bnb.gov.br

Francisca Crísia Diniz Alves
Graduanda em Economia e Bolsista de Nível Superior do BNB/ETENE

No Brasil observam-se expressivas desigualdades espaciais e uma capacidade desigual dos governos locais em sua estrutura de taxação. Nesse contexto, as transferências fiscais (FPE e FPM, principalmente) desempenham importante papel, no sentido de diminuir o desnível na capacidade arrecadatória de cada espaço subnacional. Como são recursos redistribuídos, podem ser importante instrumento de políticas que ajudem a reduzir as deficiências do acesso aos bens públicos pela população e promovam o desenvolvimento regional, podendo gerar maior igualdade entre os diferentes territórios do País. No entanto, essas transferências podem encobrir a real capacidade de arrecadação dos Estados e municípios.

Os Estados nordestinos dependem das transferências da União. Esta pode ser expressa pela fórmula¹: . O índice mostra a proporção da receita corrente de um Estado que é obtida através de taxação sobre atividades produtivas. Quanto mais próximo de um, maior a capacidade do ente federativo de gerar todas suas receitas tributárias. Os dados da Tabela 1 mostram que a região Nordeste depende fortemente das transferências fiscais. No período de 2009 a 2014, a média do índice para todos os Estados, à exceção da Bahia, Ceará e de Pernambuco, é inferior a 60. A média da Região é 0,58. Isto quer dizer que 58,0% do total das receitas correntes não são transferências da União, são receitas geradas pelo estado. São Paulo tem índice médio de independência financeira de 0,91. As regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste registraram médias respectivas de 0,79; 0,79 e 0,88, valores superiores ao da região Nordeste.

Desta forma, constata-se a sujeição do Nordeste nas transferências governamentais federais, apenas superada pela região Norte (média de 0,54). Os estados de Alagoas e do Maranhão são aqueles, no Nordeste, que apresentam o grau independente mais baixo – somente 47,0% de suas receitas correntes não são transferidas pela União. Observa-se que o alto nível de dependência coloca o

Nordeste em situação de vulnerabilidade, em particular, por ocasião de qualquer mudança na forma de partição do bolo tributário e da conjuntura econômica.

Tabela 1 – Brasil e Regiões. Índice de Independência Financeira. 2009 – 2014

Regiões	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Média
Norte	0,52	0,53	0,50	0,56	0,56	0,57	0,54
Nordeste	0,56	0,58	0,61	0,58	0,59	0,59	0,58
AL	0,48	0,46	0,46	0,47	0,48	0,48	0,47
BA	0,63	0,64	0,63	0,64	0,66	0,67	0,64
CE	0,60	0,62	0,61	0,61	0,63	0,63	0,62
MA	0,46	0,47	0,44	0,49	0,48	0,49	0,47
PB	0,53	0,53	0,52	0,54	0,55	0,55	0,53
PE	0,61	0,63	0,76	0,63	0,64	0,64	0,65
PI	0,45	0,47	0,63	0,46	0,48	0,50	0,50
RN	0,54	0,53	0,54	0,57	0,57	0,57	0,55
SE	0,50	0,52	0,49	0,49	0,49	0,50	0,50
Centro-Oeste	0,77	0,78	0,78	0,79	0,81	0,82	0,79
Sudeste	0,87	0,88	0,87	0,88	0,88	0,87	0,88
SP	0,91	0,91	0,91	0,92	0,91	0,90	0,91
Sul	0,77	0,78	0,78	0,79	0,80	0,81	0,79
Brasil	0,76	0,76	0,76	0,77	0,78	0,78	0,77

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2015). Elaboração ETENE.

A alta dependência das transferências deriva da baixa arrecadação própria, em virtude da menor renda *per capita* detida pelos habitantes da Região. Neste caso, o sistema tributário, obedecendo ao princípio da progressividade, deveria taxar em menor proporção as populações detentoras de menor renda *per capita*, a exemplo dos nordestinos.

Para testar a veracidade deste princípio foi calculada uma medida da progressividade da arrecadação própria das regiões brasileiras. Este indicador foi obtido a partir da razão Receita Própria *per capita* dividida pela Renda *per capita*. Espera-se que, caso respeitada a progressivi-

dade, esta proporção seja maior em regiões de elevada renda *per capita*. A ideia subjacente é que, quanto mais dinâmica a economia de um estado, maior a sua capacidade de tributar e arrecadar.

A Tabela 2 revela que, em 2012, o Nordeste já taxava em quase 10,9% da renda do seu cidadão, enquanto o Estado de São Paulo, detentor de 32,7% do PIB nacional (Média da participação do Estado no PIB nacional no

período 2009 a 2012), taxava em 10,6% sua população. Logo, o Nordeste realiza um esforço fiscal semelhante aos estados do Sudeste (10,8%) e maior que São Paulo. Ressalte-se que a renda *per capita* nordestina é cerca de metade da nacional e 36,8% da renda do cidadão do Sudeste e que este desempenho descrito ocorre em todo o período em análise (2009-2012).

Tabela 2 – Brasil e Regiões. Indicador de Progressividade da Receita Tributária. 2009 – 2012

Regiões	Esforço Fiscal (%)				Renda Per Capita (R\$)			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Norte	11,02	10,35	9,54	12,15	10.916,97	13.346,98	14.976,81	15.571,33
Nordeste	10,79	11,04	9,63	10,93	8.391,58	9.677,01	10.755,43	11.627,04
Alagoas	10,66	10,92	7,71	8,35	6.912,58	7.959,25	9.391,70	9.805,67
Bahia	9,69	10,08	10,03	11,64	9.621,33	10.776,66	11.339,91	11.997,87
Ceará	12,31	12,90	11,77	10,32	7.897,26	9.291,18	10.644,85	10.977,58
Maranhão	7,73	7,92	6,97	7,52	6.430,96	7.261,20	8.502,79	9.660,70
Paraíba	9,08	7,82	8,04	8,11	7.826,46	8.676,73	9.796,07	10.812,37
Pernambuco	12,94	13,26	13,21	13,54	9.145,87	11.048,17	12.315,45	13.966,26
Piauí	11,90	10,47	-6,49	12,64	6.216,92	7.175,36	8.138,37	8.586,08
Rio Grande do Norte	11,98	11,66	10,69	11,27	9.137,63	10.527,24	11.931,86	13.171,72
Sergipe	10,98	12,28	8,86	9,49	10.055,46	12.101,02	13.447,58	14.392,04
Centro-Oeste ¹	11,06	11,71	10,99	11,16	16.316,66	18.101,12	21.175,85	23.790,00
Sudeste	10,81	10,64	10,41	10,80	22.754,12	26.381,62	29.468,80	31.384,39
São Paulo	10,88	10,71	10,26	10,58	26.920,24	30.817,27	33.869,11	35.665,81
Sul	8,20	8,44	8,22	8,77	19.854,20	22.969,89	25.229,16	26.938,82
Brasil	10,38	10,36	9,99	10,57	16.905,92	19.581,93	21.854,01	23.373,03

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e IBGE (2015). Elaboração ETENE.

Nota: (1) Não inclui o Distrito Federal.

Constata-se, pois, importante assimetria regional na distribuição das bases para tributação. Entretanto, os diferentes graus de desenvolvimento econômico entre as regiões acabam por limitar a capacidade, no Nordeste, de gerar receitas. Deduz-se que se torna difícil para os estados nordestinos incrementar suas receitas tributárias, uma vez que estas representam um percentual do PIB semelhante ao dos Estados mais desenvolvidos da Federação.

Com os dados de 2012, os últimos divulgados pelo IBGE, constata-se a elevada concentração espacial da atividade econômica no Brasil. O Estado de São Paulo abriga 21,7% da população e detém 32,7% do PIB nacional. Já as regiões Norte e Nordeste têm 36,1% dos habitantes do País, mas somam, conjuntamente, 18,8% do PIB¹.

Assim, o Norte e o Nordeste registraram esforço fiscal superior ou igual ao do estado de São Paulo, no período em análise (2009 – 2014). Da mesma forma, os

sete estados da região Norte e os nove do Nordeste têm taxado intensamente suas respectivas populações, que é detentora de renda *per capita* inferior à média nacional.

Estes dados são indicativos da alta regressividade do sistema tributário em termos regionais. Assim, considera-se que a região Nordeste é fortemente dependente de transferências constitucionais, apresenta significativo esforço fiscal e é prejudicada pela regressividade do sistema tributário nacional.

Especificamente em relação aos municípios do Nordeste, observa-se que o grau de vulnerabilidade tributária é expressivo. Dos 1.794 municípios do Nordeste, a maioria tem reduzida capacidade em gerar receitas, sendo dependentes das transferências correntes da União e dos Governos Estaduais, e ainda possuem um conjunto de despesas obrigatórias para custear a estrutura do executivo e do legislativo. A Tabela 3 apresenta o IDF dos municípios da Região, estratificados pelo tamanho da população, expondo claramente o grau dos desequilíbrios fiscais.

¹ Dados de 2012.

Entre os municípios que prestaram informações ao Tesouro Nacional, 73,0% possuem menos de 25 mil habitantes. Em geral, não possuem uma estrutura de gestão e de serviços para suprir as necessidades básicas da população e geram apenas 6,0% de sua receita. O dilema é que a criação de uma estrutura tributária para alavancar a arrecadação própria, talvez seja mais cara

do que a receita pretendida.

Enquanto o IDF dos estados do Nordeste, na média de 2013 e 2014, foi de 0,59 (Tabela 1), os municípios da Região registraram IDF de 0,19 (média de 2013 e 2014), denotando a relevância das unidades federativas na captação de tributos, principalmente o ICMS.

Tabela 3 – Índice de Independência Financeira (IDF) dos Municípios da Região Nordeste (%)

População	Nº de Municípios ¹		IDF				
	2013	2014	2013	2014	Capitais	2013	2014
>200.000	27	25	0,34	0,37	Maceió	0,31	0,33
> 200.000 ²	18	16	0,24	0,27	Salvador	0,49	0,52
150.000 < X ≤ 200.000	13	13	0,19	0,21	Fortaleza	0,34	0,38
100.000 < X ≤ 150.000	21	19	0,15	0,17	São Luís	0,34	0,35
50.000 < X ≤ 100.000	117	114	0,15	0,16	João Pessoa	0,32	0,33
25.000 < X ≤ 50.000	278	258	0,10	0,11	Recife	0,44	0,47
≤25.000	1280	1180	0,06	0,06	Teresina	0,29	0,29
Nordeste	1.736	1609	0,18	0,20	Natal	0,41	0,39
Nordeste ²	1727	1600	0,12	0,13	Aracajú	0,35	0,39

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2015). Elaboração ETENE.

Nota: (1) Municípios que enviaram dados para o Tesouro Nacional. (2) Não inclui as capitais.

Cabe observar que, mesmo os municípios com mais de 200 mil habitantes, que deveriam possuir melhor estrutura em termos de gestão tributária, só arrecadam 26,0% (média de 2013 e 2014, excetuando-se as capitais) de sua receita corrente. O poder de geração de receitas pelas capitais é maior, mas a única que ultrapassa em 50,0% a geração própria de arrecadação é Salvador.

Do total de municípios pesquisados, ou seja aqueles que geraram dados para o Tesouro Nacional em 2014, 73,3% (1.180) possuem menos de 25 mil habitantes (Tabela 4). Os municípios com menos de 25 mil habitantes detinham 26,2% da população total (13,7 milhões em 52,3 milhões) e geravam apenas 6,0% de suas receitas. Nesta ótica, as transferências correntes são necessárias e

funcionam como uma fonte de recursos para amortecer as privações sociais destas comunidades. Estes pequenos municípios geram apenas R\$ 11,20 por habitante/mês, enquanto que os maiores municípios (acima de 200 mil habitantes) produzem R\$ 60,47 por habitante/mês.

Por outro lado, a receita corrente por habitante/mês não diverge substancialmente entre os diferentes portes dos municípios, invertendo a situação a favor dos pequenos municípios. No entanto, isto pode não se traduzir necessariamente em qualidade de vida para a população, já que parte desta receita corrente é despendida em custeio da máquina pública. Portanto, torna-se fundamental aumentar as receitas próprias de forma a incrementar os investimentos para o conjunto da população.

Tabela 4 – Receita por Habitante/Mês – 2014

Municípios	População	Quantidade de Municípios	Receita Corrente/Hab.(R\$)	Receita Própria/Hab. (R\$)
>200.000	17.630.141	25	162,79	60,47
150.000 < X ≤ 200.000	2.214.922	13	159,64	32,87
100.000 < X ≤ 150.000	2.290.216	19	137,22	23,26
50.000 < X ≤ 100.000	7.725.989	114	145,62	22,91
25.000 < X ≤ 50.000	8.737.889	258	151,52	15,96
≤25.000	13.729.689	1180	175,60	11,20
Total	52.328.846	1609	160,48	31,77

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2015). Elaboração ETENE.

Além disso, observam-se distorções internas na estrutura de arrecadação municipal. Um exemplo disso é o que ocorre com dois tributos municipais, o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial (IPTU) e o Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). A base de cálculo destes impostos é o valor venal dos imóveis. O ITBI só ocorre quando há a transmissão, por ato oneroso, de bens imóveis. O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município. Como o IPTU deveria incidir sobre todos os imóveis urbanos, esperava-se que sua arrecadação fosse maior, anualmente, em comparação com o ITBI. Isso é o que realmente ocorre nas capitais, à exceção de João Pessoa (Tabela 5).

Tabela 5 – Arrecadação do IPTU e ITBI em 2013 e 2014 nas capitais (R\$ Milhões)

Capitais	2013		2014	
	IPTU	ITBI	IPTU	ITBI
Maceió	70,79	28,00	79,63	34,13
Salvador	285,74	218,76	474,71	267,20
Fortaleza	211,50	138,95	308,83	140,39
São Luís	43,89	22,40	45,74	27,45
João Pessoa	40,63	70,11	45,97	97,15
Recife	265,52	85,93	287,18	113,26
Teresina	37,57	17,72	46,47	29,11
Natal	68,26	43,44	85,09	51,23
Aracajú	67,43	49,26	81,00	52,81
Total	1.091,31	674,58	1.454,63	812,73

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2015). Elaboração ETENE.

Nas capitais, a arrecadação do ITBI, em 2014, representou 56,9% do IPTU. Excluindo-se as capitais, o ITBI passa a representar 73,2% (Tabela 6). Observa-se, portanto, a dificuldade dos municípios em aumentar a arrecadação do IPTU, especialmente na atual conjuntura em que ocorre redução do valor das transferências correntes e considerando a desaceleração da arrecadação dos tributos federais.

Essas distorções entre as arrecadações dos dois tributos perpassam todos os Estados e, em alguns, de forma mais expressiva. Na Paraíba a arrecadação do ITBI só não é maior que o IPTU, nos municípios com menos que 25 mil habitantes. No Ceará, todos os municípios com menos de 150 mil habitantes têm a arrecadação do ITBI maior que a do IPTU. Possíveis mudanças na legislação, associadas à qualificação em gestão tributária, contribuiriam para reduzir este tipo de distorção.

Tabela 6 – Arrecadação de IPTU e ITBI em 2014, exceto Capitais, (R\$ Milhões)

População	IPTU > ITBI ¹	IPTU < ITBI ¹	Arrecadação IPTU	Arrecadação ITBI
>200.000	9	7	254,18	143,52
150.000 < X ≤ 200.000	10	3	77,95	60,27
100.000 < X ≤ 150.000	9	10	34,78	34,71
50.000 < X ≤ 100.000	57	57	115,65	103,63
25.000 < X ≤ 50.000	110	148	76,06	63,75
≤25.000	586	594	57,47	45,35
Total	781	819	616,09	451,24

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2015). Elaboração ETENE.

Nota: (1) Número de municípios.

Considerações finais

Constata-se importante assimetria regional na distribuição das bases para tributação, uma vez que as regiões menos desenvolvidas da federação têm receitas tributárias, como participação em seus respectivos produtos internos brutos, semelhantes aos dos estados mais ricos, sendo semelhante o esforço tributário. Com isso torna-se difícil o incremento das receitas tributárias nos estados nordestinos.

Os dados de População, PIB e Esforço Fiscal são indicativos da alta regressividade do sistema tributário em termos regionais. Assim, considera-se que a região Nordeste é fortemente dependente das transferências correntes, apresenta significativo esforço fiscal sendo inclusive prejudicada pela regressividade da estrutura tributária.

Observa-se alto grau de vulnerabilidade tributária nos municípios do Nordeste. Os dados do Tesouro Nacional mostram que os municípios com menos de 25 mil habitantes (73,3% do total pesquisado em 2014), apresentam um IDF de 0,06 (média de 2013 e 2014), ou seja, geram apenas 6,0% de suas receitas. Mesmo os municípios maiores, com mais de 200 mil habitantes (exclusive as capitais estaduais) têm um IDF reduzido, geram apenas 26,0% de suas receitas (média de 2013 e 2014).

As transferências correntes são de suma importância para os municípios da região Nordeste, principalmente para os de menor porte. Enquanto os municípios com mais de 200 mil habitantes geram receita própria/mês por habitante no valor de R\$ 60,47, os pequenos municípios (com menos de 25 mil habitantes) produzem apenas R\$ 11,20. Quando se analisa as transferências correntes, a situação se inverte, dado que a receita corrente/mês por habitante, nos dois tipos de municípios, passa a ser R\$ 162,79 e R\$ 175,60, respectivamente. Assim, um município pequeno recebe pouco porque tem reduzida

população, sendo a receita municipal insuficiente para atender as necessidades da população.

A arrecadação dos tributos da esfera municipal também contribui para o aumento das distorções na estrutura de arrecadação tributária. Uma parcela expressiva de municípios arrecada mais de ITBI que de IPTU, quando era de se esperar o inverso. É o que ocorre nas capitais nordestinas, à exceção de João Pessoa, que detêm uma estrutura de gestão tributária mais aparelhada. Em um período de menor crescimento econômico com a conseqüente redução nas transferências federais, observa-se a dificuldade dos municípios nordestinos em viabilizar mecanismos para aumentar suas respectivas receitas próprias.

Referências

CASTRO, S. I. B.; VIDAL, A. R. N. Desequilíbrios fiscais na região Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 42, n. 2, p. 393-408, 2011.

IBGE. Contas Regionais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso: 01 set.2015.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Finbra. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>. Acesso: 01 set. 2015.

2.1. Setor agropecuário do Nordeste em tempos de crise: sinopse

Luciano J. F. Ximenes

Zootecnista. Doutor em Zootecnia.
Gerente de Produtos e Serviços do ETENE/BNB

Maria de Fátima Vidal

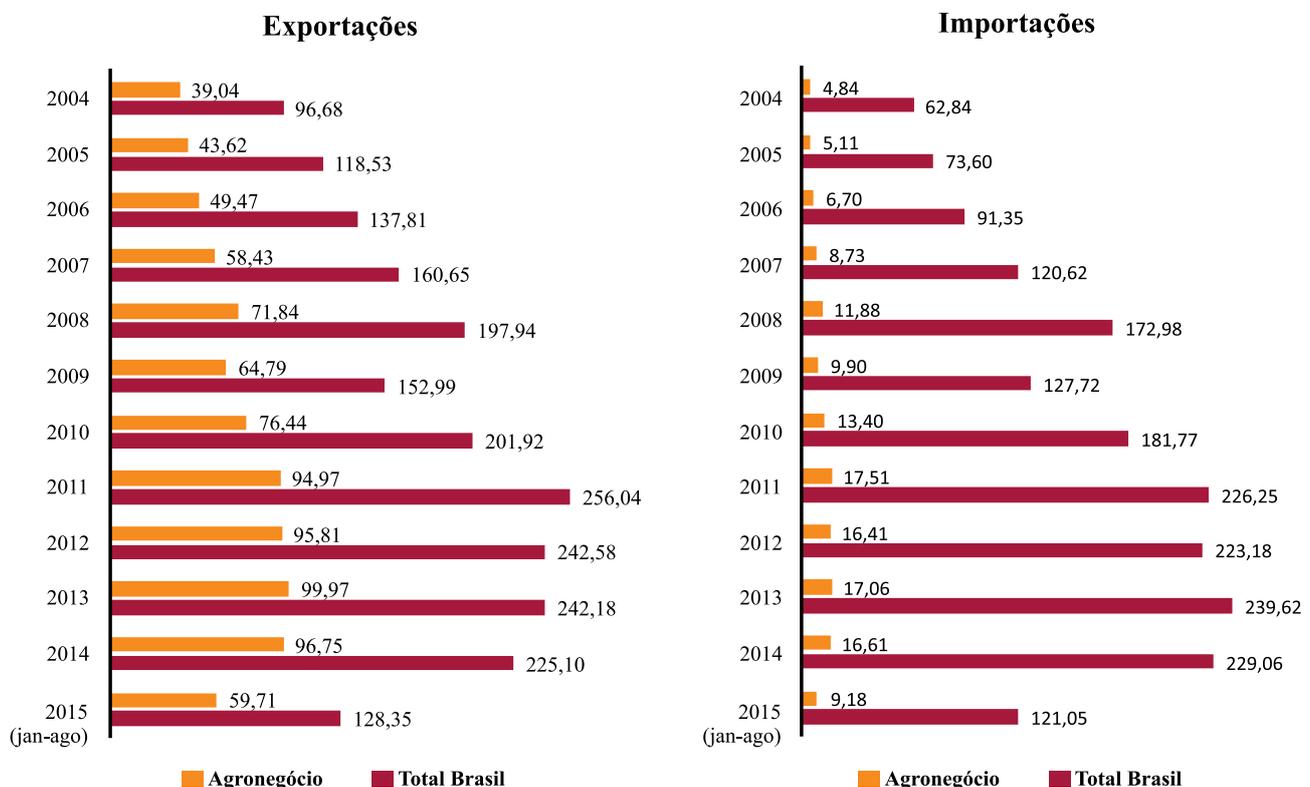
Eng. Agrônoma, Mestre em Economia Rural.
Coordenadora de Estudos e Pesquisas do ETENE/BNB

Agronegócio: o diferencial da economia em tempos difíceis

A atual conjuntura econômica e a turbulência política do Brasil não têm afetado o setor agropecuário na mesma proporção que em outros setores da economia. Conforme boletim das Contas Nacionais Abril-Junho/2015 (IBGE, 2015), comparando-se o 2º trimestre de 2015 em relação a igual período de 2014, dentre as atividades que contribuem para a geração do Valor Adicionado, o setor agropecuário cresceu 1,8%, enquanto que indústria (-5,2%) e serviços (-1,4%). Em valores correntes, o setor

agropecuário adicionou 76 bilhões de reais para o PIB, ou 5,33%, a indústria com R\$ 263,60 bilhões (18,46%) e o setor de serviços R\$ 879,23 bilhões (61,56%). Contudo, considerando o período de 2010 a 2014, a contribuição do setor agropecuário tem crescido 13,10% a.a. na formação do PIB, enquanto que os setores industrial e de serviços 5,15% a.a e 10,60% a.a., respectivamente. No comércio exterior, o setor também tem se destacado positivamente, no acumulado de janeiro a agosto de 2015, as exportações do agronegócio já representam 46,52% do total exportado, crescimento médio de 3,61% a.a. após a crise mundial de 2008 (MAPA, 2015) (Figura 1).

Figura 1 – Comércio exterior do Brasil, total e do agronegócio, no período de 2004 a 2014 (US\$ Bilhões)



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (2015).

Em relação à produção, no levantamento da safra divulgado pela CONAB (agosto de 2015), a produção deverá alcançar 208,8 milhões de toneladas, incremento de 7,9% à safra anterior. Valores bem próximos da estimativa do IBGE (LSPA, junho de 2015), na qual se destaca o crescimento da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Nordeste em comparação às demais Regiões, ou seja, alta de 14,7% (18,05 milhões de toneladas) em relação à safra anterior (15,74 milhões). Especificamente em relação à produção de grãos, segundo dados da CONAB, o Nordeste se mantém estável no comparativo de safras, pois a influência das intempéries climáticas foi ponderada pelo aumento de produtividade dos principais Estados produtores: Sergipe (9,5%), Bahia (3,4%), Maranhão (0,4%) e Piauí (11,2%).

Dentro da porteira, a produção segue para um novo recorde, mas no segmento de máquinas agrícolas, os indicadores são preocupantes, com dispensa de mão de obra e queda nas vendas (Tabela 1). Isto significa que os produtores, clientes da indústria, optaram por não renovar a frota, diante das incertezas da economia, ou simplesmente, por cautela. O contraponto para inversão desta conjuntura é a melhoria do acesso ao crédito, por meio da redução dos encargos para financiamento. A produção e a comercialização dos produtos destes segmentos também auxiliariam na receita total da União.

Tabela 1 – Indicadores econômicos do segmento de máquinas e de implementos agrícolas e rodoviárias

Item	2014 (jan a ago)	2015 (jan a ago)	Variação (%)
Vendas (unidades)	45.839	32.931	-28,16
Produção (unidades)	57.248	40.592	-29,09
Exportação (unidades)	9.205	6.914	-24,89
Exportação (US\$ 1.000)	1.961.068,00	1.165.868,00	-40,55
Empregos (média)	20.949,00	17.287,00	-17,48

Fonte: Anfavea (2015).

Apesar do bom desempenho do setor agropecuário são necessários investimentos em logística, com vistas à redução de custos de transporte. Investimentos em ferrovias, hidrovias, bem como de modernização dos portos e da capacidade de estocagem. De acordo com estudo da Confederação Nacional do Transporte – CNT, *Entraves logísticos ao escoamento de soja e milho* (2015), as inadequadas condições dos sistemas

de transporte, transbordo e portuários resultam em elevados custos logísticos e consequente perda de competitividade dos produtos nacionais. A tendência é que o cenário se agrave, dadas as estimativas de crescimento da produção para os próximos anos e o baixo nível de investimentos observados nos últimos anos, inferiores às demandas do setor e da economia. As principais soluções para os entraves logísticos são a ampliação dos níveis de investimento em infraestrutura e a viabilização de condições legais e regulatórias favoráveis ao desenvolvimento do sistema logístico nacional. Só com a ampliação dos investimentos públicos e o fomento à participação da iniciativa privada na construção e melhoria da infraestrutura logística brasileira será possível reduzir os custos de distribuição da produção e favorecer o crescimento da economia.

Ainda de acordo com o estudo da CNT, a infraestrutura logística não acompanhou o desenvolvimento da produção da nova fronteira agrícola – MATOPIBA. Considerando apenas a malha pavimentada (federal, estadual e municipal), as regiões Sudeste e Nordeste concentram os maiores percentuais de rodovias em relação ao total do País (30,1% e 27,8%); enquanto Centro-Oeste e Norte têm participação inferior (14,1% e 10,1%). Quanto às ferrovias, apenas a Ferrovia Norte-Sul (FNS) possibilita a movimentação da produção pelo Norte/Nordeste. Entretanto, por se tratar de uma ferrovia ainda em construção e pela pouca capacidade de escoamento dos portos do Arco Norte, a movimentação na FNS atualmente é pouco significativa. A Ferrovia Transnordestina, embora também esteja localizada no Nordeste, não atende às regiões produtoras de soja e milho. Todos os demais trechos ferroviários direcionam o escoamento ao Sul e Sudeste do País.

Para Viana (2015), o Governo tem se esforçado nos últimos anos para alavancar os investimentos em infraestrutura, mas a participação dos investimentos em infraestrutura no PIB tem se mantido baixa nas últimas décadas, estando aquém das necessidades. Complementou que o principal programa em execução é o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento que no período 2007-2010 foi responsável pelo total de R\$ 619 bilhões em investimentos (Tabela 2). Mais recentemente, para complementar o PAC, foi lançado o PIL – Programa de Investimento em Logística, voltado a novas concessões em aeroportos, rodovias, ferrovias e portos e totalizando investimentos previstos de R\$ 198,4 bilhões nos próximos anos, sendo R\$ 69,2 bilhões para 2015-2018. Por fim, alerta que se torna imperativo que os governos dos estados do Nordeste, seus órgãos de planejamento e de desenvolvimento discutam possíveis soluções e proponham formas de buscar o aumento dos

investimentos em infraestrutura no Nordeste, para que a Região possa manter o crescimento acima da média nacional e, conseqüentemente, minimizar as desigualdades existentes.

Tabela 2 – Evolução do PIB e dos investimentos em infraestrutura em relação ao PIB no Brasil (%): 1971-2012

Investimentos/PIB	1971/ 1980	1981/ 1989	1990/ 2000	2001/ 2012
Crescimento médio do PIB	6,2	2,3	1,9	3,3
Total do Investimento em Infraestrutura (% PIB)	5,4	3,6	2,3	2,3
Energia	2,1	1,5	0,8	0,7
Telecomunicações	0,8	0,4	0,7	0,7
Transporte	2,0	1,5	0,6	0,7
Água e Esgoto	0,5	0,2	0,2	0,3

Fonte: Moody's (2014) elaborado por Viana (2015).

Neste sentido, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, administrado pelo Banco do Nordeste detém as linhas de financiamento para os segmentos econômicos dentro e fora da porteira, como o FNE Rural (com encargos de 6,5025 a 8,5000% a.a.) e o FNE Proinfra – Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste. O Proinfra financia a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos para, dentre outras finalidades, a infraestrutura de transportes e logística, ou seja, a construção e manutenção de ruas, avenidas, viadutos, rodovias, metrô, ferrovias, portos e aeroportos, visando ao escoamento da produção e/ou ao transporte de passageiros. As taxas de juros variam de 7,0040 a 9,5030% a.a (grande porte).

Agricultura familiar: tempos difíceis no semiárido

A estiagem prolongada tem castigado as lavouras temporárias e permanentes do semiárido, afetado diretamente pelo fenômeno *El Niño* que, por consequência, faz com que a produção agropecuária no semiárido se encontre em situação extremamente preocupante. Não obstante, se este fenômeno perdurar em 2016, agravar-se-á os já escassos níveis dos reservatórios. Estes têm sido responsáveis pela perenização de rios, mas muitos descontinuaram o escoamento, prejudicando a oferta de água para a população dos seus entornos. No cenário atual, a queda das produções agrícolas de sequeiro e irrigada no semiárido traz consigo impactos sociais e econômicos bastante preocupantes (Tabela 3).

Tabela 3 – Produção, por ano da safra e produto no Nordeste

Rótulos de Linha	Safra 2014	Safra 2015	Variação
Cana-de-açúcar (Toneladas)	138.521.324	136.545.644	-1,45
Soja (Toneladas)	13.141.604	16.745.726	21,52
Mandioca (Toneladas)	11.313.214	11.593.306	2,42
Milho (1ª Safra) (Toneladas)	9.566.614	9.377.392	-2,02
Banana (Toneladas)	4.908.032	4.707.764	-4,25
Milho (2ª Safra) (Toneladas)	3.826.658	3.802.482	-0,64
Laranja (Toneladas)	3.440.684	3.316.380	-3,75
Coco-da-baía (Mil frutos)	2.703.434	2.834.628	4,63
Algodão herbáceo (Toneladas)	2.576.416	2.676.426	3,74
Arroz (Toneladas)	1.693.448	1.279.410	-32,36
Abacaxi (Mil frutos)	1.374.260	1.257.918	-9,25
Tomate (Toneladas)	1.344.022	1.016.466	-32,22
Feijão (2ª Safra) (Toneladas)	734.368	702.284	-4,57
Cebola (Toneladas)	743.120	699.946	-6,17
Feijão (1ª Safra) (Toneladas)	614.950	644.106	4,53
Uva (Toneladas)	629.592	630.676	0,17
Castanha-de-caju (Toneladas)	211.626	454.920	53,48
Sisal ou agave (Toneladas)	276.016	361.844	23,72
Sorgo (Toneladas)	254.038	339.046	25,07
Cacau (Toneladas)	358.358	282.220	-26,98
Cafê arábica (Toneladas)	253.046	275.674	8,21
Cafê canephora (Toneladas)	155.708	177.318	12,19
Mamona (Toneladas)	70.334	167.356	57,97
Batata - inglesa (1ª Safra) (Toneladas)	148.580	136.000	-9,25
Batata - inglesa (2ª Safra) (Toneladas)	213.346	105.716	-101,81
Batata - inglesa (3ª Safra) (Toneladas)	205.480	96.000	-114,04
Fumo (Toneladas)	29.634	29.846	0,71
Amendoim (2ª Safra) (Toneladas)	13.196	15.066	12,41
Pimenta-do-reino (Toneladas)	9.574	9.676	1,05
Alho (Toneladas)	13.888	8.924	-55,63
Guaraná (Toneladas)	5.382	5.200	-3,50
Amendoim (1ª Safra) (Toneladas)	5.706	4.184	-36,38
Total Geral	199.355.652	200.299.544	0,47

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2015).

Destaca-se que a maior parte das áreas irrigadas dos perímetros públicos é ocupada por agricultores familiares. Devido aos baixos níveis dos reservatórios, muitos perímetros estão sendo obrigados a reduzir a utilização de água e até mesmo a suspender a irrigação, pois a prioridade é o consumo humano e animal. Já se observa em alguns perímetros, a exemplo do Chapadão de Russas no Ceará, a morte de culturas permanentes o que representa grande prejuízo, principalmente para o produtor familiar que terá muita dificuldade em recuperar o cultivo devido os elevados custos de implantação. Outro exemplo é o principal polo de irrigação pública no Nordeste, os perímetros irrigados de Petrolina-Juazeiro estão correndo o risco de ter o acesso à água interrompido, pela falta de água nas áreas de captação.

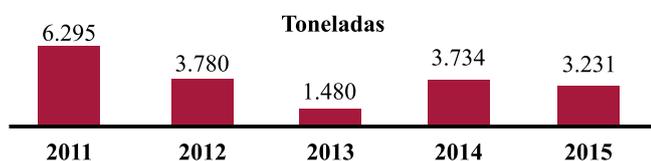
Figura 2 – Lavoura de laranja perdida pela escassez de água, município de Russas, Ceará



Foto: crédito de Maria de Fátima Vidal, pesquisadora do ETENE/BNB.

O prolongamento da estiagem para 2016 também terá elevado impacto na produção apícola no Nordeste, que é predominantemente familiar e concentrada no semi-árido. A atividade já vem sofrendo perdas de produção e de enxames desde 2012, e a recuperação é lenta. No Gráfico 1, pode-se observar que o volume de mel exportado pelo Nordeste em 2015 (janeiro a agosto) ainda não voltou ao patamar do mesmo período de 2011. Como a produção nordestina de mel é destinada principalmente para o mercado externo, pode-se inferir que a produção continua muito inferior a 2011.

Gráfico 1 – Volume das exportações Nordestinas de mel entre 2011 e 2015 (janeiro a agosto)



Fonte: SECEX/MDIC (2015).

Com relação à produção pecuária, são duas realidades distintas, a produção familiar e a industrial. A pecuária no âmbito da agricultura familiar pode sofrer efeitos similares das perdas da agricultura, porém em menor escala. Com relação à produção industrial, atividades com a suinocultura e a avicultura são menos afetadas pelos efeitos da estiagem, pois o cerrado nordestino é o fornecedor dos seus principais insumos, milho e soja. As granjas estão próximas às grandes cidades, que no Nordeste se situam na zona da mata, menos sofrida pela seca, pois ao comparar-se a variação do abate de animais um ano antes do início da estiagem, janeiro de 2011, até dezembro de 2014, segundo dados do (IBGE, 2015), houve aumento de 4,49% a.a. no abate de animais (de 1,11 para 1,27 milhões de toneladas), sendo 2,76% a.a. para bovinos, 7,93% a.a. para frango e -2,26% para suínos. Contudo, a atual conjuntura econômica que se associa à estiagem prolongada influenciou sobremaneira a produção de carne no Nordeste, pois a queda do abate de animais entre os primeiros semestres de 2014 e 2015 foi de quase 40% (redução de cerca de 390 milhões de toneladas) (Tabela 4). Esta retração se deve especialmente ao abate de bovinos, -54,09%, com quedas que variaram de 50,25 a 63,10%, no Maranhão e Paraíba, respectivamente. No entanto, os abates de suínos e de aves cresceram 6,05 e 8,84%, nesta ordem. No caso dos bovinos, a oferta de animais para abate no Nordeste foi reduzida em torno de 150 mil cabeças entre os primeiros semestres de 2014 e de 2015 (-8,94%), e o fato mais preocupante é a perda de cerca de 45% na oferta de novilhos (de 127.266 para 70.046 cabeças). Isto é reflexo também da pressão sobre o abate de fêmeas, inclusive sobre vacas de dupla aptidão. Invariavelmente, o preço da carne bovina deve aumentar.

Tabela 4 – Peso total das carcaças de frangos, bovinos e suínos abatidos no Nordeste nos primeiros semestres de 2014 e 2015 (quilogramas)

Estado	2014 (jan-jun)	2015 (jan-jun)	Varição (%)
Bahia	424.396.155	261.617.084	-38,36
Maranhão	192.178.794	96.764.544	-49,65
Pernambuco	138.432.841	102.588.145	-25,89
Ceará	76.361.482	54.339.945	-28,84
Alagoas	43.765.996	19.259.897	-55,99
Paraíba	38.575.360	31.269.238	-18,94
Piauí	36.965.804	22.865.710	-38,14
Sergipe	26.909.611	12.788.289	-52,48
Rio Grande do Norte	22.436.949	10.053.441	-55,19
Nordeste	1.000.022.992	611.546.293	-38,85

Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Abate de Animais (2015).

Destaca-se que a estrutura de abate e processamento para estas espécies é bastante distinta, sendo que o abate de bovinos é sazonal e os animais não são padronizados, enquanto que a avicultura e a suinocultura dispõe de escala que dilui os altos custos fixos, além de genética com alto padrão de rendimento. Ademais, os abatedouros e frigoríficos de bovinos inspecionados são prejudicados pela concorrência desleal dos clandestinos, os quais têm qualidade duvidosa e menor preço, porque sonegam impostos e encargos sociais. Estas e outras limitações foram observadas na pesquisa realizada pelo ETENE/Banco do Nordeste (SANTOS et al., 2012). No segmento de carnes,

a variação acumulada dos preços ao consumidor nos últimos 12 meses (agosto de 2014-2015) foi de 21,62% em Recife e 23,60% em Salvador, sendo que a capital baiana teve a segunda maior alta dos preços, dentre as 13 capitais pesquisadas. Enfim, os altos custos fixos, a escassez de bovinos para abate, a alta dos preços e a queda do consumo doméstico provocaram a demissão de mais de 1.000 trabalhadores apenas no primeiro semestre de 2015 em relação ao mesmo período de 2014 (Tabela 5). O fechamento de abatedouros e frigoríficos de pequeno e médio portes e suas incorporações às grandes empresas é um sinal de concentração do segmento.

Tabela 5 – Peso total das carcaças de frangos, bovinos e suínos abatidos no Nordeste nos primeiros semestres de 2014 e 2015 (quilogramas)

Ano	Abate			Curtume			Laticínios		
	Admitidos	Desligados	Variação	Admitidos	Desligados	Variação	Admitidos	Desligados	Variação
2014	5.085	4.236	849	1.164	1.030	134	4.033	3.839	194
2015	4.099	4.444	-345	631	971	-340	3.569	3.902	-333

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED (2015).

Sem planejamento não há desenvolvimento

É fato que a ausência de planejamento resulta comumente em ações desordenadas, em desperdício de recursos públicos e, inviavelmente, na ineficácia de medidas que são de caráter emergencial. As proposições para alavancar o desenvolvimento e, por conseguinte, reduzir as desigualdades regionais são históricas, advêm desde o Brasil Colônia. Neste aspecto, as narrativas a seguir são exemplos de consenso de que o único caminho viável para o desenvolvimento é por meio de planejamento, independentemente do setor ou segmento econômico, políticas demográficas e ambientais, para que fomentem os indicadores econômicos, sociais e ambientais, citam-se:

“Só acredito que a sociedade possa se desenvolver de forma planejada”, afirma Carlos Lessa, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e integrante do Conselho de Orientação do Ipea. E, claro, as diretrizes estabelecidas no planejamento têm que ser seguidas. Sem planejamento, grandes oportunidades podem se transformar em pesadelo: “O planejamento sempre foi e continua sendo fundamental para qualquer país que queira colocar em prática uma política de crescimento, de desenvolvimento. Não dá para acreditar que essas coisas venham espontaneamente”, acrescenta Mário Theodoro, diretor de Estudos, Cooperação Técnica e Políticas Internacionais do Ipea (EUZÉBIO, 2009, p. 20).

“O desenvolvimento é uma necessidade permanente, inclusive dos países desenvolvidos (...) Não existe desenvolvimento sem planejamento estatal, desenvolvimento não cai do céu. Minha grande satisfação é que essa discussão foi retomada pelos partidos políticos e sindicatos” João Sicsú, diretor do Ipea (EUZÉBIO, 2009, p. 21).

“O PAC não é suficiente nem para resolver o problema da energia elétrica”, comenta Carlos Lessa. Para ele, o principal problema ao desenvolvimento do Brasil é o mesmo há 50 anos, a falta de infraestrutura decorrentes de erros estratégicos que se perpetuam. “Ou a gente enfrenta isso ou não conseguimos fazer nada”, diz Lessa. Um plano de desenvolvimento, para ele, tem que ser bem amplo para resolver gargalos como os de logística e infraestrutura. O país poderia ter um ganho de competitividade, com benefícios para todos, com o incremento da navegação de cabotagem e implantação de ferrovias, meios mais econômicos do que o transporte rodoviário (EUZÉBIO, 2009, p. 23).

Para a discussão seguinte citam-se trechos da obra “O Nordeste brasileiro: uma experiência de desenvolvimento regional” do saudoso Dr. João Gonçalves de Souza (1979)². Destaca-se, então, que as ações de

² O cearense João Gonçalves Souza foi advogado e engenheiro agrônomo. PhD pela American University e Maryland University. Ocupou muitos cargos e funções no Brasil e no Exterior, como Professor da Universidade Rural do Brasil, Presidente do extinto Instituto Nacional de Imigração e Colonização, primeiro Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, Secretário Executivo da Comissão Nacional de Política Agrária e Superintendente da SUDENE, de 1964 a 1968.

mitigação dos efeitos da seca no semiárido perfazem a história desde o século XVIII, mais especificamente em relação à organização do abastecimento, a reorganização da estrutura fundiária em função dos recursos de água e o fornecimento de trabalho. No século seguinte teve início a discussão sobre a abertura de fontes artesianas profundas, o represamento das águas, a canalização do Rio São Francisco para o rio Salgado, formador do rio Jaguaribe (CE), lembrada em 1847, inicialmente já havia sido estudada a viabilidade por Dom João VI. Somam-se a estas como o primeiro plano de ação de convivência com a seca: o reflorestamento intensivo, construção de açudes e canais de irrigação, postos meteorológicos, peixamento dos açudes, represas e, em um segundo plano: a construção de estradas e ferrovias, bem como a continuação da construção de açudes (mais perenes e com papel indireto favorecimento da umidade), a ratificação de ênfase no reflorestamento dentre outras. Em 1883, o norte era praticamente o mesmo: serviço meteorológico, melhoramento dos portos marítimos, construção de ferrovias, de poços artesianos e de grandes açudes com seus canais de irrigação, pequenas e grandes cisternas, além de inovações no beneficiamento e comercialização dos produtos agrícolas, incentivos aos produtores. João Gonçalves Souza conclui que era quase um plano completo de desenvolvimento (SOUZA, 1979, p. 71-81).

Considerações finais

Não restam dúvidas que o agronegócio paira sobre incertezas decorrentes do atual momento político e econômico do País, no entanto, pelas suas peculiaridades é possível que continue sendo o setor menos afetado da economia. Mesmo agravado pelo aumento de custos, o câmbio favorável associado às expectativas de novo recorde de produção podem blindar o setor contra esta crise velada. Entenda-se que os cerrados nordestinos têm no município de São Desidério (BA), o maior Valor Bruto da Produção (VBP) do País, que na safra de 2014 totalizou R\$ 2,35 bilhões, superando Sorriso (MT) com R\$ 2,20 bilhões. O VBP agrícola no Brasil em 2014 foi de 553,738 bilhões de reais. A região Nordeste foi a que mais cresceu no VBP em 2014 (19,5%) seguida pelo Centro-Oeste (12,4%)³. O desempenho dos cerrados nordestinos (Bahia, Maranhão e Piauí) é resultado de investimentos em tecnologia e de gestão especializada, conduzida por produtores experientes, emigrados especialmente da região Sul, que antes do Centro-Oeste, era a maior produtora de grãos do País. Os cerrados do Nordeste também propiciam vantagens naturais para a

agricultura intensiva, como relevo plano, alta radiação solar, boas disponibilidade de água e de solo, além de regularidade na pluviosidade. A principal lavoura cultivada é a soja, cujo VBP em 2014 foi de 6,26 bilhões fazendo do Nordeste o 3º maior produtor do País. A sub-região dos cerrados nordestinos também tem destacado o Nordeste na produção de algodão (2º maior produtor) e de milho (4º maior produtor nacional), com VBP em 2014 de 3,31 e 2,84 bilhões, nesta ordem (PAM, 2015).

Contudo, o setor agropecuário no Nordeste têm dois contrastes, sendo que para a agricultura familiar no semiárido não são animadoras. Neste caso, as transferências governamentais e os investimentos têm se tornado cada vez mais importantes em mitigar os efeitos drásticos das estiagens sobre os indicadores sociais e econômicos. Efeitos não observados na mesma proporção de outrora, como as invasões das cidades pelos camponeses, mortes de pessoas e de animais, emigração para outras Regiões do País etc. As ações emergenciais são paliativas, mais onerosas para o erário público e pouco eficientes, sendo que projetos de mitigação dos efeitos das secas carecem de planejamento. Entenda-se que para o abastecimento humano na situação atual, ter uma boa frota de carros-pipas pode não resolver o problema, visto que as possibilidades de fontes de água para captação estão cada vez mais escassas, demandando longas distâncias de frete.

Novamente reportando-se à Souza (1979), a sub-região semiárida deve ter a promoção da diversificação de sua economia, no aproveitamento apropriado das diferentes oportunidades ecológicas existentes, na integração da lavoura com a pecuária, na exploração das lavouras xerófilas e a industrialização rural. O apoio à grande empresa rural precisa estender-se a outras formas de organização agrária, tais como a propriedade familiar, as médias empresas e as cooperativas de produção. A açudagem – grande, média e pequena – tem conteúdo econômico e social de indiscutível importância. Por fim, destaca-se:

Políticas vigorosas e firmes por parte do poder público são necessárias para acelerar o desenvolvimento do Nordeste. A região continua a pedir um plano contínuo e integrado de desenvolvimento, com um tratamento diferenciado a seu favor... É imperativo dar continuidade ao processo de desenvolvimento em termos de longo prazo, independentemente da consideração que deva ser dada aos problemas do momento. É indispensável planejar a agir com os olhos nas próximas décadas. O primitivo conceito de crescimento econômico deve ser considerado simultaneamente com os problemas e condicionantes ambientais e sociais relativos a emprego, educação, agricultura, indústria, saúde, desenvolvimento urbano e rural.

3 Com base na Produção Agrícola Municipal – PAM/IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=28&i=P>. Acesso em 6 de Nov. de 2015.

Ressalte-se também a necessidade de revigorar a SUDENE e o BNB e de assegurar-se integral harmonização de todos os grandes órgãos regionais e destes com as demais agências federais com atuação na área (SOUZA, 1979, P. 353).

Referências

ANFAVEA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/tabelas.html>. Acesso em: 14 set. 2015.

EUZÉBIO, G. L. Planejamento – dedicação ao desenvolvimento regional. Desafios do Desenvolvimento, ano 6, n. 54, set/out, 2009.

IBGE - LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/>. Acesso em: 14 set. 2015.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - SECEX/MDIC. Disponível em: <http://aliceweb.mdic.gov.br/>. Acesso em: 16 set. 2016.

SOUZA, J. G. O Nordeste brasileiro: uma experiência de desenvolvimento regional. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979. 410p.

VIANA, F. L. E. A Inserção do Nordeste no Programa de Investimento em Logística. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/web/guest/informe-macroeconomia-industria-e-servicos>. Acesso em: 5 de nov. 2015.

2. NÍVEL DE ATIVIDADE

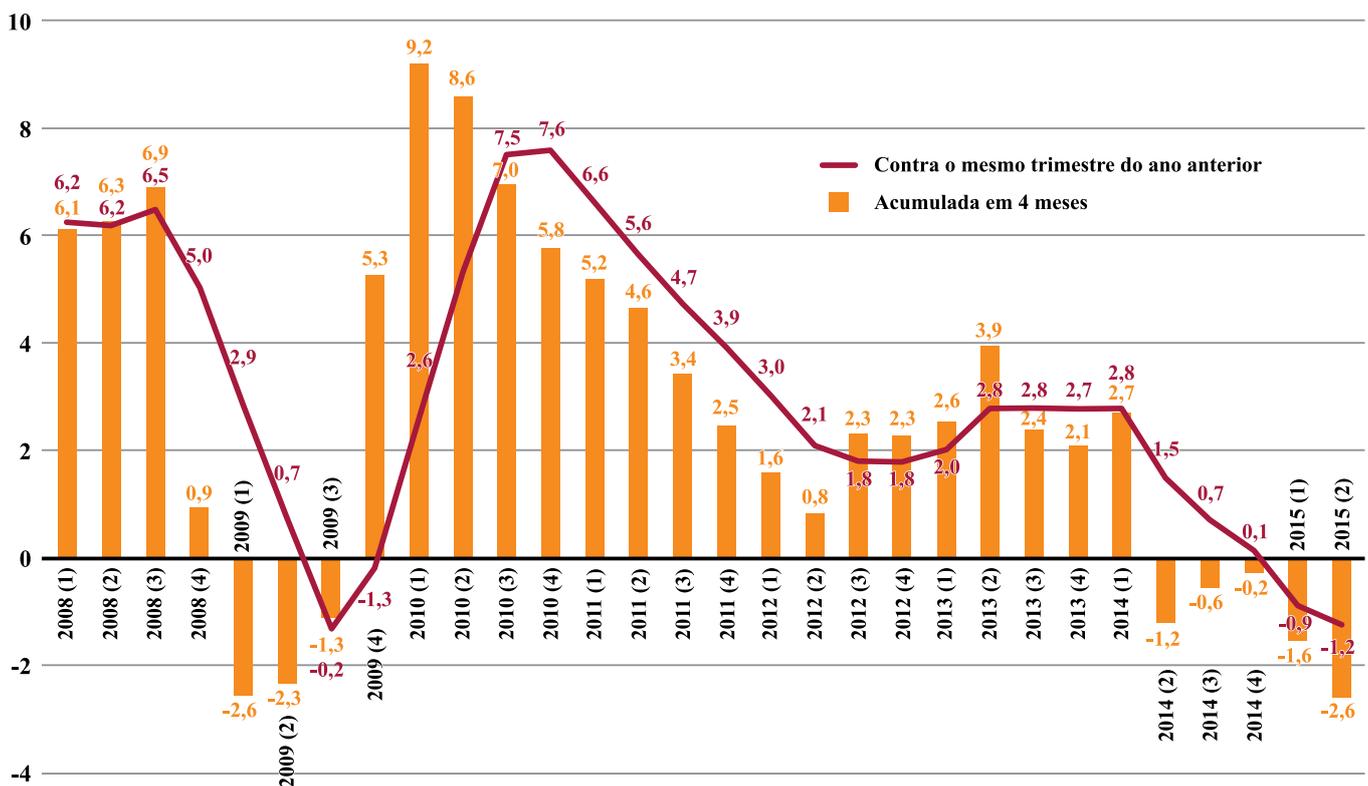
2.1. Produto Interno Bruto (PIB)

A divulgação do PIB do segundo trimestre de 2015 mostra que não houve alteração no quadro de desaceleração da atividade econômica que caracterizou a economia brasileira ao longo de 2014.

O cenário de retração da atividade econômica sugerido pela análise da trajetória das taxas de variação de um período recente (2008.1 a 2015.2) mostra que a quinta queda consecutiva do PIB na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, superou a retração de 2009, em

que no auge da crise financeira internacional, a queda no PIB atingiu os três primeiros trimestres (Gráfico 1). Em termos da variação acumulada em quatro trimestres, também se observa perda de dinamismo da economia brasileira, que, após iniciar 2014 com crescimento de 2,8% teve desaceleração nos três trimestres seguintes. Nessa base de comparação, o primeiro e o segundo trimestres de 2015 teve queda de -0,9% e -1,2%, respectivamente (Gráfico 1).

Gráfico 1 – PIB: Evolução das taxas de crescimento trimestral e acumulado em quatro trimestres (em %) – 2008.1 a 2015.2



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE). Elaboração: BNB/ETENE.

Na comparação da taxa trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a contração do PIB foi de 2,6%. O Valor Adicionado a preços básicos decresceu 2,1% e os Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios recuaram em 5,7%. Pela ótica da produção, as atividades que contribuem para a geração do valor agregado tiveram o desempenho a seguir: agropecuária cresceu (1,8%), enquanto indústria (-5,2%) e serviços (-1,4%) registram queda.

O crescimento da agropecuária pode ser explicado em parte pelo bom desempenho de alguns produtos que possuem safra relevante no segundo trimestre. Conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE - julho 2015), divulgado no mês de agosto, os produtos com safra neste trimestre registraram ganho de produtividade e crescimento na estimativa de produção anual: soja (11,9%), milho (5,2%), arroz (4,4%), mandioca (2,3%) e cana-de-açúcar (2,1%), as exceções

foram o café e do feijão que apresentaram redução de produção de -2,2% e -4,1%, respectivamente.

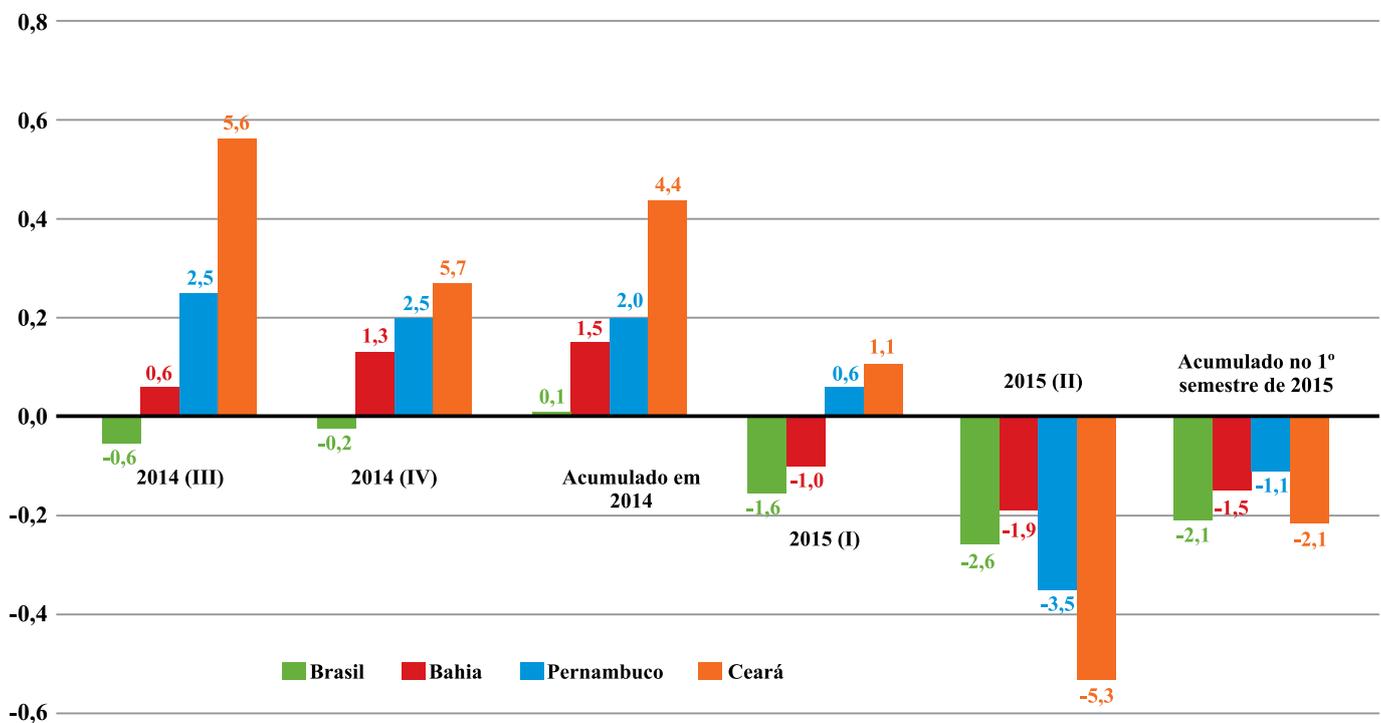
A queda da indústria teve contribuições importantes da indústria de transformação (-8,3%) e da construção civil (-8,2%). Por outro lado, a extrativa mineral cresceu 8,1%, puxada tanto pelo aumento da extração de petróleo e gás natural, como também pelo incremento da extração de minérios ferrosos.

Para a redução no valor adicionado dos serviços, teve destaque a contração de 7,2% do comércio (atacadista e varejista) e de 6,0% de transporte, armazenagem e correio, em função, sobretudo, do decréscimo do transporte e armazenamento de carga. A atividade de outros serviços

também apresentou resultado negativo (-1,9%).

No âmbito regional, as três maiores economias do Nordeste (Bahia, Pernambuco e Ceará) tiveram, segundo seus Institutos de Planejamento, desempenho acima do observado para a economia brasileira em 2014. As estimativas dos PIBs dessas economias para o primeiro semestre de 2015 mostram, entretanto, que a economia do Nordeste começou a sentir rebatimentos da desaceleração da economia brasileira. No resultado acumulado do primeiro semestre de 2015, a queda no PIB das três maiores economias do Nordeste - Bahia (1,5%), Pernambuco (1,1) e Ceará (2,1%) - se aproximou da queda observada para o Brasil (2,1%) no mesmo período.

Gráfico 2 – Evolução das taxas de crescimento trimestral, acumulado em 2014 (em relação ao mesmo período do ano anterior) e acumulado no primeiro semestre de 2015 (em relação ao mesmo período do ano anterior, Brasil, Bahia, Pernambuco e Ceará – 2014 a 2015.II



Fonte: IBGE, SEI, CONDEPE/FIDEM e IPECE. Elaboração: BNB/ETENE.

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o nível de atividade econômica deste Estado teve retração de 1,9% no segundo trimestre de 2015 em comparação com o segundo trimestre de 2014 (Gráfico 2). Para os grandes setores, verificou-se recuo na indústria (-6,4%) e nos serviços (-1,3%), e expansão de 7,6% na agropecuária, o que colaborou para amenizar o desempenho negativo do PIB do Estado.

O desempenho positivo da agropecuária decorreu da expansão de 17,3% na produção de grãos. Destaque para as lavouras de soja (40,5%), café (4,7%) e algodão (2,8%).

No setor industrial, cabe registrar o crescimento de 6,9% na produção, distribuição e comercialização

de energia elétrica, gás e água. A indústria de transformação, entretanto, seguiu o observado para o Brasil, registrando queda de 13,5% no segundo trimestre. No âmbito desse setor, a extração mineral e a construção civil tiveram queda de 1,6% e 5,6%, respectivamente. De acordo com a SEI, a retração na exploração de petróleo foi determinante para o desempenho negativo da extração mineral, enquanto que a redução no ritmo das obras, particularmente as privadas, determinou a perda no segmento da construção civil.

Para o setor de serviços, observou-se queda de 6,7% no comércio (influenciada pela redução no ritmo de consumo das famílias) e retração de 4,3% no segmento de transportes causada, principalmente, pela

desaceleração de toda a economia que acarretou menor circulação de cargas.

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) estimou em 5,3% a queda do PIB do primeiro trimestre de 2015 em relação ao segundo trimestre de 2014 (Gráfico 2). Os grandes setores que compõem o PIB do Ceará registraram queda no segundo trimestre: agropecuária (-23,5%), indústria (-3,7) e serviços (-3,5%).

A agropecuária do Ceará obteve resultado diferente do observado para o Brasil. De acordo com o IPECE, a queda da agropecuária foi influenciada pela queda na produção de grãos decorrente da baixa produtividade e da redução da área plantada. As estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA/IBGE indica redução na produção de grãos no Ceará comparada à produção obtida em 2014. Destacaram-se as lavouras de arroz (-20,2%), feijão (-22,9%) e milho (-34,6%). Segundo as estimativas do IPECE, as maiores perdas do setor industrial foram registradas pela indústria de transformação (9,1%) e extrativa mineral (3,7%), enquanto construção civil e eletricidade, gás e água (SIUP) tiveram crescimento modesto, 0,4% e 2,2%, respectivamente. No setor de serviços, as maiores perdas foram registradas pelo comércio (4,0%), transportes (3,6%) e intermediação financeira (8,9%).

A Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – Condepe/Fidem estima que o PIB de Pernambuco referente ao segundo trimestre de 2015 tenha declinado 3,5% em relação ao igual período de 2014 (Gráfico 2). Dentre os setores que compõe o PIB, destaca-se o crescimento da agropecuária (7,0%). Na agricultura, o crescimento de 6,3% foi impulsionado pelas lavouras temporárias (10,0%), com destaque para cana-de-açúcar, feijão e mandioca. As lavouras permanentes tiveram estabilidade (0,4%). A pecuária cresceu 7,8%, destacando-se a pecuária leiteira e de produção de ovos de granja. A retração da indústria (5,9%) foi influenciada, principalmente, pela forte queda na construção civil (13,5%) e pelo desempenho negativo da indústria de transformação (-5,7%). Nesse período, a única atividade do setor industrial com crescimento foi a de serviços industriais de utilidade pública (3,4%), resultado do crescimento da geração termoelétrica e da distribuição de energia. Para a queda do setor de serviços (3,1%), as reduções no comércio (-8,5%) e nos transportes (-3,9%) foram as principais contribuições.

O desempenho das três maiores economias do Nordeste sinaliza redução no ritmo de crescimento da Região em 2015, uma vez que o Nordeste está atrelado à eco-

nomia nacional. Além disso, o impacto do ajuste fiscal sobre os repasses federais aos Estados, a deterioração do mercado de trabalho e a redução em alguns programas sociais do Governo Federal deverão contribuir para que a economia do Nordeste acompanhe a economia do Brasil em termos de desempenho econômico em 2015.

Referências

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DE PERNAMBUCO. Notícias - **CONDEPE/FIDEM divulga dados do PIB do primeiro semestre do ano**. Disponível em: < http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/exibir_noticia?groupId=19941&articleId=27860533&templateId=18792964>. Acesso em: 21 set. 2015.

IBGE. Indicadores: contas nacionais trimestrais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultent.shtm>>. Acesso em: 21 set. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. PIB Trimestral do Ceará: 2º Trimestre de 2015. Disponível em: < http://www.ipece.ce.gov.br/categoria2/pib/APRESENTACAO_PIB_2o_TRIM2015.pdf>. Acesso em: 21 set. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. IPECE Conjuntura - 2º Trimestre, abr.-jun. de 2015. Disponível em: < http://www.ipece.ce.gov.br/categoria2/ipece-conjuntura/IPECE_CONJUNTURA_N2_2_trim2015.pdf>. Acesso em: 21 set. 2015.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **PIB baiano segue tendência nacional e recua 0,5% no segundo trimestre**. Disponível em: < http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2015_2.pdf>. Acesso em: 21 set. 2015.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Panorama Econômico Bahia 1º trimestre. Disponível em: < http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pps/estadual/trimestral/pib_est_trimes_2_15.ppt \D001ETE01\Areas - D001ETE01\ETENE\CEP\CONJUNTURA ECONÔMICA\Revista BNB Conjuntura 43\< http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2015_1.pdf>. Acesso em: 21 set. 2015.

2.2. Produção agropecuária

No terceiro trimestre de 2015, o indicador CEPEA/ESALQ⁴ da arroba do boi gordo teve alta de 0,7%, fechando setembro em R\$ 144,65/@ (CEPEA, 2015a). Em julho, o indicador caiu 1,6% (R\$ 141,41/@), em razão da piora das pastagens no inverno e da chegada ao mercado de lotes de animais confinados ou semiconfinados (CEPEA, 2015b). Em agosto, a liquidez continuou baixa, reforçada pela postura retraída de alguns agentes de mercado, que se dedicaram à entrega ou recebimento de animais contratados anteriormente, havendo alta de 0,9% no mês, para R\$ 142,66/@ (CEPEA, 2015c). Em setembro, a oferta ainda baixa, com frigoríficos preenchendo escalas com compras antecipadas, levou a uma nova e maior alta, para R\$ 144,65/@ (1,4%). Segundo a mesma fonte, aumentou a diferença entre os preços das carnes de boi em relação à suína e de frango, comparando-se 2015 e 2014, o que favoreceu a substituição da primeira pelas últimas. A previsão de fechamento para dezembro é de alta de 5,5%, ou R\$ 152,60/@ (BMFBOVESPA, 2015).

Esse quadro de alta nos preços, em parte, deve-se às exportações de carne bovina, que reduzem a disponibilidade interna, e que atingiram recorde em julho, com faturamento de US\$ 505,8 milhões e embarques de 113,5 mil toneladas, superiores em 3% e 0,4% em relação a junho de 2015. No entanto, se comparado ao período janeiro-julho de 2014, mesmo com a recuperação conseguida nos últimos meses, as exportações ficaram em US\$ 3,2 bilhões e 770 mil toneladas, queda de 19% no faturamento e de 15% em volume. A expectativa para o restante do segundo semestre, apesar disso, é otimista: a liberação das exportações para a China, em apenas um mês e meio, já colocou o País entre os quatro maiores importadores no mês, e o fim do Ramadã, mês sagrado para os muçumanos, pode abrir o mercado para a Arábia Saudita, segundo o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne Bovina (ABIEC, 2015). Complementou que “é possível que o Brasil supere os Estados Unidos na produção de carne até 2020, já que o País tem feito bom uso da tecnologia na atividade, ocupando menos pasto e mantendo a produtividade, enquanto os EUA consomem mais do que produzem e a Austrália tem restrições hídricas”.

Para manter tal ritmo e levando-se em conta que a demanda por carne bovina será ascendente interna e externamente, a pecuária brasileira precisaria aumentar

sua produtividade em mais de 75% e investir mais de R\$ 50 bilhões até 2030, cedendo área para permitir o avanço esperado para a agricultura nesse período e tendo que respeitar também o reflorestamento exigido pelo Código Florestal, segundo conclusões do estudo “Cenários para a Pecuária de Corte Amazônica”, da Universidade Federal de Minas Gerais. Chegar-se-ia nesse estágio com forte aporte em tecnologias, adubação e rotação de pastagens e maior utilização dos sistemas de confinamentos e semi-confinamentos, o que faria a produtividade aumentar de 3,29 arrobas por hectare em 2011 para 5,82, em quinze anos. Isso permitiria aumento do rebanho, da produção de carne e grande redução da área de pastagens, cedendo espaço para áreas de grãos e reflorestamento (VALOR ECONÔMICO, 2015a).

A média do preço bruto do leite pago ao produtor continuou subindo no terceiro trimestre de 2015, com o litro sendo cotado a R\$ 1,0641 em julho, a R\$ 1,0843 em agosto e R\$ 1,0667 em setembro, apesar do aumento da captação nas regiões produtoras. A demanda desaquecida limitou a valorização do leite na entressafra em 2015, fazendo com que os preços se elevassem de forma mais gradual do que ocorreu ano passado, fechando o trimestre com alta de 2,43% (CEPEA, 2015d; 2015e; 2015f).

A Conab divulgou o décimo segundo levantamento da safra nacional de grãos para 2014/2015, prevendo produção recorde de 209,5 milhões de toneladas, elevação de 8,2% (ou 15,8 milhões de toneladas) sobre a safra de 2013/2014, finalizada em 193,6 milhões de toneladas. Em relação ao levantamento de junho, houve um ganho de 4,95 milhões de toneladas, principalmente em razão de: condições climáticas favoráveis, ganho de produtividades, aumento na área plantada de soja e milho segunda safra e bom desenvolvimento das lavouras de trigo (CONAB, 2015).

A cultura da soja, no Nordeste, é a única com variação positiva na produção (22%), refletindo o bom desempenho da safra nacional 2014/2015, que foi recorde (96,24 milhões de toneladas). Mesmo com algumas irregularidades climáticas no Maranhão e Bahia, em que houve, respectivamente, veranicos e chuvas em excesso, nas fases sensíveis de desenvolvimento da cultura (germinação e desenvolvimento vegetativo), área, produção e produtividade aumentaram, nestes estados, assim como no Piauí (CONAB, 2015) (Tabela 7).

4 Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Escola Superior Agrícola Luís de Queiroz (Esalq), unidade acadêmica da Universidade de São Paulo (USP).

Tabela 7 – Comparativo produção de grãos selecionados – Nordeste e Brasil

Produto (mil t)	Nordeste			Brasil		
	2013/2014	2014/2015	Variação (%)	2013/2014	2014/2015	Variação (%)
Algodão (caroço)	831,50	789,00	-5,11	2670,60	2361,80	-11,56
Arroz	914,60	694,70	-24,04	12121,60	12448,60	2,70
Feijão	674,10	661,60	-1,85	3453,80	3185,40	-7,77
Milho	7574,50	6393,70	-15,59	80051,70	84729,20	5,84
Soja	6620,90	8084,10	22,10	86120,80	96243,30	11,75

Fonte: CONAB (2015).

Apesar do quadro otimista, estudo realizado pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), em parceria com a Embrapa e universidades do Sul e Centro-Oeste, alerta para o risco da ferrugem asiática trazer grandes impactos socioeconômicos ao Brasil em 2025, como a perda de 30% da produtividade nacional, se não forem descobertos novos defensivos agrícolas para controle. Isso traria perdas estimadas em R\$ 39 bilhões no faturamento, R\$ 19,5 bilhões nas exportações e R\$ 10,6 bilhões na arrecadação tributária na comercialização, além dos impactos negativos em outras cadeias que a têm como ração animal, como a da avicultura (R\$ 13,3 bilhões) e suinocultura (R\$ 5,2 bilhões). A Ministra da Agricultura cobrou da Agência Nacional de Vigilância Sanitária agilidade na aprovação de novos defensivos, que em alguns casos levam dez anos para ser autorizados, pois a adaptação de alguns agentes causadores de doenças é rápida, com os defensivos perdendo eficiência depois de repetidas aplicações (VALOR ECONÔMICO, 2015b).

Para o algodão, apesar do pequeno aumento de 0,8% na área plantada no Nordeste, houve reduções da produção e da produtividade, em torno de 5%. O panorama ainda é desfavorável, tanto internamente (mesmo com a alta recente do Dólar, que fez subir o preço pago ao produtor, entre janeiro e abril de 2015), como externamente, pois os estoques altos deprimem os preços da pluma e sinalizam para troca de área plantada, redirecionada para culturas mais lucrativas. A Bahia, maior produtor do Nordeste, produzirá 6% a menos na safra 2014/2015, e o Maranhão, segundo maior produtor nordestino, deve ter aumento de área (15%) e de produção (11%), devido à regularidade climática e à ausência de pragas (CONAB, 2015).

A produção nordestina de arroz deve cair 24%, em razão da ‘importação’ do produto de outras regiões, motivada pelo alto custo de implantação da lavoura e pela necessidade de condições hídricas favoráveis, que levem a uma produtividade que cubra o investimento realizado. A área teve redução de 12%, direcionada para culturas mais rentáveis no momento, como o milho. O maior produtor, o Maranhão, também teve queda de área (10%) e produção (25%), que se reduziu de 658,4 mil toneladas para 496 mil toneladas, pelos fatores regionais

mencionados mais a falta de sementes fiscalizadas para plantio. Na contramão, o único Estado nordestino que teve aumento de produção foi Sergipe (8%), com alta de 27,5% na produtividade (CONAB, 2015).

A produção nordestina de feijão também deverá fechar a atual safra com queda de 1,9%, menor que a nacional (-7,8%). A produtividade regional teve pouco aumento (2,6%), influenciada pela escassez de chuvas nos momentos cruciais de desenvolvimento da cultura, mas ainda assim, no total das três safras, o maior produtor, a Bahia, deve ter aumento tanto de produtividade como de produção, ambas em torno de 22% (CONAB, 2015).

Tanto a produção como a área da cultura de milho no Nordeste devem sofrer baixas na atual safra (-15,6% e -9,9%), em relação à safra de 2013/2014, ao contrário do panorama nacional, cuja produção deve se elevar em 5,8% e a área -0,5%. O clima irregular na região do Matopiba (cerrados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), mesmo com a melhora na distribuição das chuvas na segunda safra, não impediu que a produção caísse na Bahia (-11%) e no Maranhão (-15%), dois maiores produtores do Nordeste (CONAB, 2015). As exportações agrícolas dessa área, no entanto, cresceram de forma representativa: de janeiro a agosto de 2015, totalizaram US\$ 8,93 bilhões, 104,2% mais que os US\$ 4,37 bilhões do mesmo período em 2014, puxadas principalmente por grãos (milho e soja), ao contrário do que ocorreu com o agronegócio nacional, cujas exportações caíram 17,4% no período (ESTADO DE SÃO PAULO, 2015).

O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro, estimado pelo Cepea, com apoio da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), para todo o ano de 2015 totalizou R\$ 1,225 trilhão, crescendo 0,09% em junho, mas acumulando queda no semestre de 0,15%. R\$ 827,46 bilhões (ou 67,5%) são creditados à agricultura e R\$ 397,96 bilhões (32,5%) à pecuária. Na agricultura, a indústria foi o único segmento a decrescer no mês (-0,06%), acumulando baixa de 0,19% no semestre, enquanto os segmentos primário e de serviços (distribuição), expansão de 0,05% e 0,08%, respectivamente. O de insumos cresceu 0,22%, fechando o semestre com crescimento de 0,26%. No ramo agrícola como um

todo, a alta no mês foi de 0,04%, mas houve retração de 0,47% no semestre. A deterioração dos preços agrícolas pesou no resultado, dada a perspectiva de elevação da produção em 2015.

A pecuária teve desempenho pouco melhor, de 0,53% de crescimento no semestre. O segmento de insumos cresceu 0,29%, e o primário, 0,32%, em junho, fechando o semestre com crescimento de 0,93% e 1,13%, respectivamente. Já o segmento da indústria teve baixa de 0,16% no mês e de 1,38% no semestre. A baixa oferta de bovinos prontos para o abate, bem como o aumento na exportação de carne pressionaram para cima as cotações, elevando a produção primária. Na indústria, os menores volumes processados justificam o resultado negativo (CEPEA/CNA, 2015).

O cenário econômico pouco favorável para a agropecuária pode, ainda, ser mais impactado negativamente, com as previsões do fenômeno *El Niño* para o fim de 2015 e início de 2016. Talvez um dos mais fortes em 65 anos, conforme previsão da Organização Mundial de Meteorologia, alterando o clima em todo o planeta e aumentando a possibilidade de fenômenos extremos, como secas e inundações. A maior intensidade vem também da associação com o aquecimento global, que aumentou o degelo nas calotas polares, modificando a temperatura dos oceanos. O Peru tende a ser o país mais afetado no mundo pelo *El Niño*, mas as consequências se estendem a todo o continente, principalmente Argentina e Brasil. Essas alterações climáticas podem abrir caminho para novas altas nos preços de alimentos, maior especulação com as *commodities* agrícolas além de mais intenso protecionismo comercial. Dada a extensão continental do Brasil, o fenômeno costuma trazer chuvas torrenciais no Sul e reduzir a precipitação no Centro-Oeste e Nordeste, Região esta que há quatro anos registra chuvas abaixo da média, podendo enfrentar um 2016 de seca severa e baixo acúmulo de água nos reservatórios. A região do Matopiba deve ter veranicos mais prolongados. Por outro lado, o *El Niño* tende a beneficiar a safra de soja no Sul do País, dado que não devem ocorrer longos períodos de chuva que atrapalham a semeadura do grão (AMBIENTE BRASIL, 2015a; 2015b; VALOR ECONÔMICO, 2015c)

Referências

AMBIENTE BRASIL. Notícias. Mudança Climática cria condições sem precedentes para o fenômeno El Niño. Disponível em: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2015/09/03/118662-mudanca-climatica-cria-condicoes-sem-precedentes-para-o-fenomeno-el-nino.html>. Acesso em: 03 set. 2015a.

_____. Notícias. Peru pode ser país mais afetado no mundo pelo fenômeno *El Niño*. Disponível em: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2015/09/09/118816-peru-pode-ser-pais-mais-afetado-no-mundo-pelo-fenomeno-el-nino.html>. Acesso em: 09 set. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE BOVINA (ABIEC). Exportações de carne bovina somam US\$ 505 milhões em julho e atingem maior faturamento do ano. Disponível em: <http://www.abiec.com.br/noticia.asp?id=1356>. Acesso em: 02 set. 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Índice de *Commodities* Agrícolas. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>. Acesso em: 28 set. 2015.

_____. Focus – Relatório de Mercado. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20150925.pdf>. Acesso em 28 set. 2015.

BMFBOVESPA. Cotações *on line*: boi gordo, set. 2015. Disponível em: <http://www2.bmf.com.br/pages/portal/bmfbovespa/boletim1/BoletimOnline1.asp?caminho=&pagetype=pop&Acao=BUSCA&cboMercadoria=BGI>. Acesso em: 08 set. 2015.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). Agromensal: pecuária: informações de mercado. São Paulo, ago. 2015a. Disponível em: http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2015/08_agosto/Pecuaria.htm. Acesso em: 23 set. 2015.

_____. Agromensal: pecuária: informações de mercado. São Paulo, jul. 2015b. Disponível em: http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2015/07_julho/Pecuaria.htm. Acesso em: 18 ago. 2015.

_____. Alertas de mercado: Boi. São Paulo, ago. 2015c. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/boi/#>. Acesso em: 18 ago. 2015.

_____. Cepea/leite: produção aumenta, mas preço segue em alta pelo quinto mês, Piracicaba, jul. 2015d. Disponível em: http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Julho15.doc. Acesso em: 08 set. 2015.

_____. Cepea/leite: preço recebido pelo produtor é o maior do ano, a R\$ 1/litro, Piracicaba, ago. 2015e. Disponível em: http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Agosto15.doc. Acesso em: 08 set. 2015.

_____. Cepea/leite: Captação aumenta e preço ao produtor cai após 6 meses de alta. Piracicaba, set. 2015f. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/leite/?page=164>. Acesso em: 02 out. 2015.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA); Relatório PIBAgro-Brasil. Disponível em: http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_PIB_BR_jun_final.pdf. Acesso em: 21 set. 2015.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Acompanhamento da safra brasileira: grãos, safra 2014/2015, décimo segundo levantamento, set. 2015. Brasília: CONAB, 2015. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_09_11_10_42_03_boletim_graos_setembro_2015.pdf. Acesso em: 11 set. 2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. Economia e Negócios. 'Matopiba' registra forte expansão na exportação de grãos. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,matopiba-registra-forte-expansao-na-exportacao-de-graos--imp-,1767301>. Acesso em: 23 set. 2015.

VALOR ECONÔMICO. Até 2030, pecuária terá que investir R\$ 50 bi, diz estudo. Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/4202080/ate-2030-pecuaria-tera-que-investir-r-50-bi-diz-estudo>. Acesso em: 28 ago. 2015a.

_____. Sem novos defensivos, ferrugem diminuirá produtividade da soja. Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/4198982/sem-novos-defensivos-ferrugem-diminuira-produtividade-da-soja>. Acesso em 28 ago. 2015b.

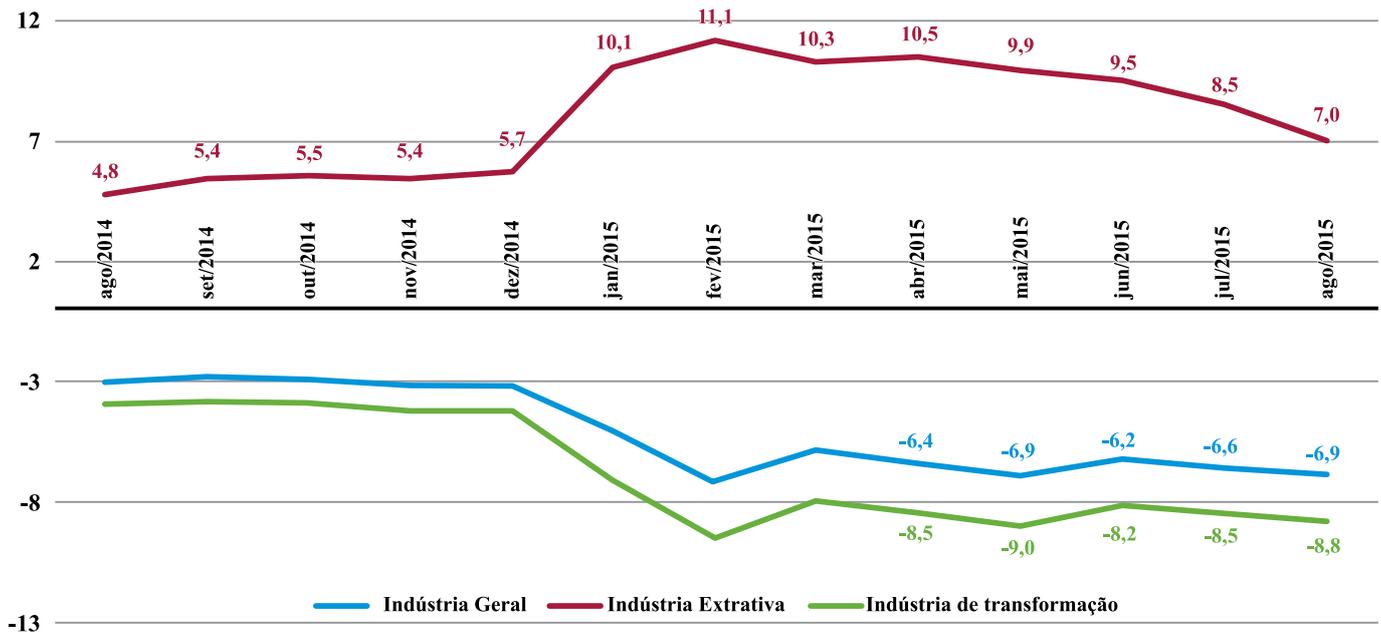
_____. Fenômeno ganha mais intensidade. Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/4206204/fenomeno-ganha-mais-intensidade>. Acesso em 02 set. 2015c.

2.3. Produção industrial

De acordo com IBGE (2015a), a produção física brasileira registrou queda de 1,2% em agosto frente ao mês de julho de 2015. Esse resultado negativo contribuiu para o aprofundamento da tendência observada nos últi-

mos meses, culminando numa taxa acumulada de 6,9% de retração da indústria brasileira no período de janeiro a agosto de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Brasil - Variação percentual acumulada no ano da Produção Física Industrial por atividade - Agosto/2014 a Agosto/2015 (%)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE com dados do IBGE (2015a).

Nota: Indicador da produção acumulada no ano até o mês de referência em relação a igual período do ano anterior. Dados divulgados pelo IBGE sujeito a ajustes.

A indústria de transformação tem sido a principal responsável pelo fraco desempenho da indústria geral, tendo em vista que segue uma trajetória persistente de declínio desde abril/2014, a qual se intensificou a partir de janeiro/2015, tendo registrado retração de 8,8% no acumulado do ano (janeiro-agosto), em relação ao mesmo período de 2014.

No índice acumulado para o período janeiro-agosto de 2015, frente a igual período do ano anterior, o setor industrial teve queda de 6,9%, com perfil disseminado de taxas negativas, já que as quatro grandes categorias econômicas, 24 dos 26 ramos, 68 dos 79 grupos e 72,4% dos 805 produtos pesquisados apontaram recuo na produção. Entre os setores, o principal impacto negativo foi observado em veículos automotores, reboques e carrocerias (-21,0%), em especial os recuos registrados por automóveis, caminhões, caminhão-trator para reboques e semirreboques, autopeças, reboques e semirreboques, veículos para transporte de mercadorias e carrocerias para caminhões e ônibus (IBGE, 2015a). Outras contribuições negativas relevantes sobre o total nacional vieram dos setores de equipamentos de informática, produtos eletrô-

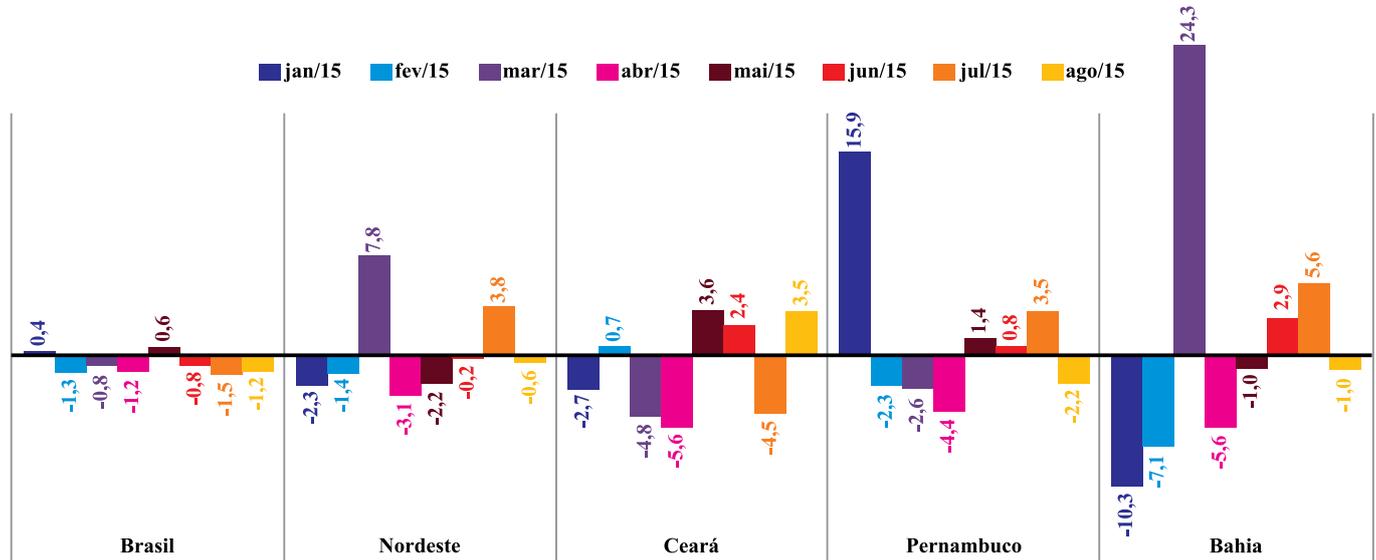
nicos e ópticos (-29,6%), de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-6,5%), de máquinas e equipamentos (-11,8%), de produtos alimentícios (-3,7%), de metalurgia (-7,5%), de produtos farmacêuticos e farmácias (-14,4%), de metal (-9,6%), borracha e de material plástico (-7,0%), de outros produtos químicos (-4,1%), de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-8,6%), de confecção de artigos do vestuário e acessórios (-9,8%), de bebidas (-6,7%) e de produtos de minerais não-metálicos (-5,8%).

Por outro lado, os resultados positivos dos indicadores de produção física das indústrias extrativas, a exemplo da mineração e da produção de petróleo e gás, têm amenizado o efeito negativo do comportamento dos indicadores da indústria de transformação no agregado do setor industrial. Considerando-se os resultados observados em agosto de 2015, o setor industrial brasileiro prossegue com o quadro de menor ritmo produtivo, expresso não só no terceiro resultado negativo consecutivo na comparação com o mês imediatamente anterior, mas também no perfil disseminado de taxas negativas observadas, já que a maior parte das atividades pesqui-

sadas apontou redução na produção. Quanto à indústria regional, apenas o estado do Ceará registrou alta na produção física no mês de agosto, de 3,5% em relação

a julho. Com isso, a média da produção física regional encerrou o mês de agosto com retração de 0,6% frente ao mês anterior (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Brasil, Nordeste e Estados selecionados – Evolução Mensal da Produção Física Industrial – Janeiro/2015 a Agosto/2015 (%)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE com dados do IBGE (2015b).

Nota: indicador da produção do mês de referência com a do mês imediatamente anterior. Dados divulgados pelo IBGE sujeitos a ajustes.

No acumulado do ano em relação ao mesmo período do ano anterior, a produção física do Nordeste apresentou retração de 4,3%, com doze das quinze atividades pesquisadas mostrando queda na produção. Este resultado reflete o menor dinamismo de atividades industriais importantes na Região, tais como a fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-14,9%), fabricação de produtos têxteis (-12,2%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-11,2%), fabricação de bebidas (-9,4%), entre outras (Gráfico 5).

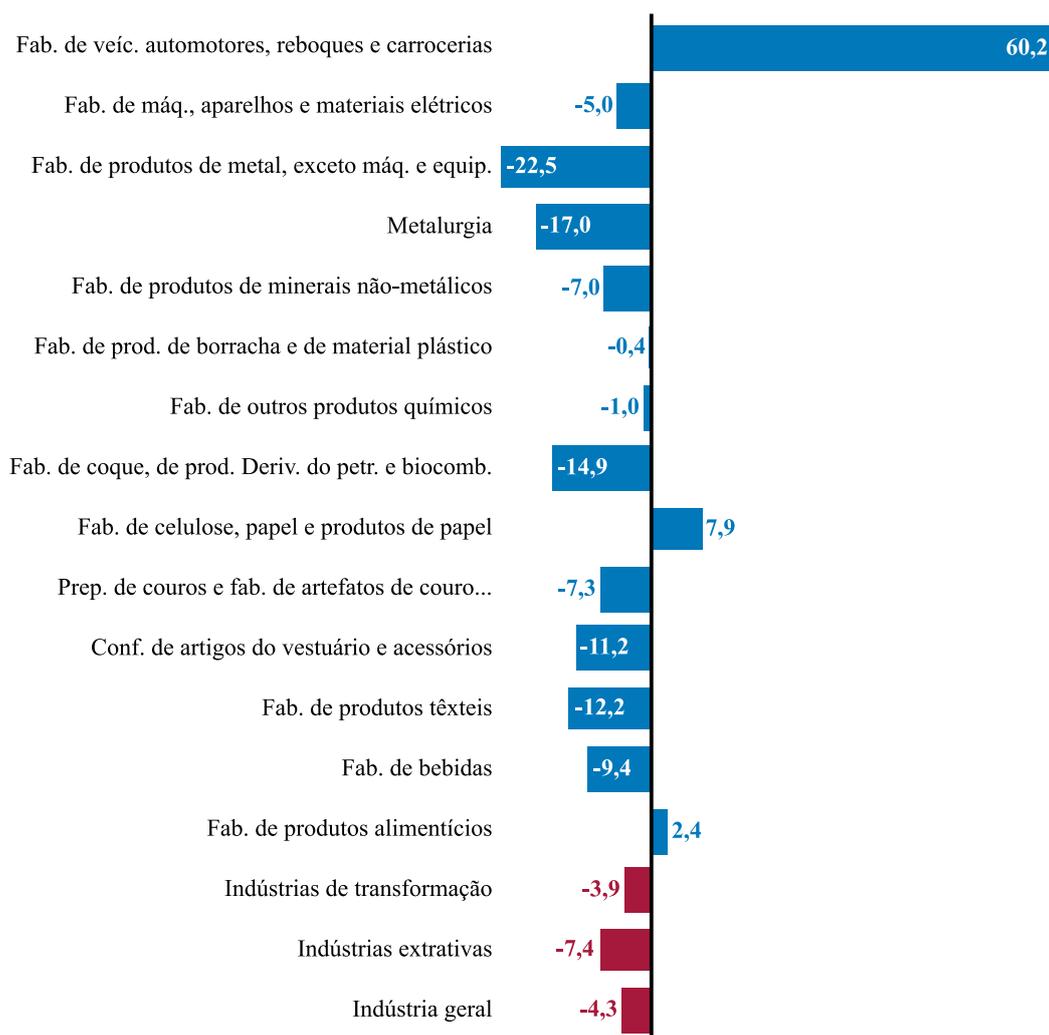
Por outro lado, algumas atividades com importância crescente para a indústria nordestina acumulam expansão na produção física no indicador do acumulado do ano na Região, com destaque para a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (60,2%), fabricação de celulose, papel e produtos de papel (7,9%) e fabricação de produtos alimentícios (2,4%) (Gráfico 5).

No ramo de veículos automotores, a Bahia vem apresentando índices consistentes de crescimento, chegando a agosto/2015 com acréscimo de 34,0% no acumulado do ano. Apesar desse setor não ser pesquisado na amostra utilizada pelo PIM-PF em Pernambuco, parte do resultado do Nordeste para esse setor (60,2%) possivelmente é explicado pelo início das operações da planta industrial da Fiat-Chrysler, em fevereiro do presente ano, em Goiana-PE, unidade industrial que vem aumentando desde

então sua produção. A atividade de celulose e papel também apresenta destaque na Bahia, com alta de 3,9% no acumulado do ano. Para a fabricação de produtos alimentícios, Pernambuco vem contribuindo positivamente para o crescimento regional do setor. No acumulado do ano, a produção de alimentos em Pernambuco encerrou agosto com alta de 11,2%, enquanto que nos demais estados pesquisados essa indústria apresentou retração no mesmo período.

Em termos de expectativas, a indústria deve permanecer sentindo fortemente os efeitos do cenário macroeconômico desfavorável nos próximos meses, o qual apresenta deterioração nas contas públicas, dificuldade de implementação do ajuste fiscal, inflação elevada e volatilidade do câmbio. De acordo com a CNI (2015), a indústria é a principal responsável pelo desempenho negativo da atividade econômica brasileira em 2015, considerando o lado da oferta, especialmente pelo quadro apresentado na indústria de transformação. Além da queda na produção física, explicitada nos parágrafos anteriores, os dados acumulados de janeiro a agosto/2015 (Indicadores Industriais/CNI) mostram também recuos no faturamento real da indústria de transformação (6,6% menor do que o observado no mesmo período de 2014) e no índice de utilização da capacidade instalada, que foi de 77,9% em agosto, nível mais baixo de janeiro/2003, início da série histórica.

Gráfico 5 – Nordeste - Variação percentual acumulada no ano da Produção Física Industrial, por atividade - Maio/2015 (%)



Fonte: Elaboração: BNB/ETENE com dados do IBGE (2015b).

Nota: indicador da produção acumulada no ano (jan-mai) até o mês de referência em relação a igual período do ano anterior. Dados divulgados pelo IBGE sujeitos a ajustes.

Com isso, a CNI (2015) prevê para 2015 queda de 6,1% na atividade industrial, influenciada pelos baixos desempenhos dos segmentos de transformação (-9,5%) e de construção (-8,2%), as quais serão amenizadas pela expansão de 7,1% da indústria extrativa. Em termos regionais, a indústria deverá apresentar cenário mais favorável quando comparado com o agregado nacional.

Referências

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. Informe Conjuntural CNI, ano 31, n. 3, julho/setembro 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (2015a). Indicadores IBGE. Pesquisa Industrial Mensal Produção Física Brasil. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpf/br/pim-pf-br_201508caderno.pdf Acesso em: 08 out.2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (2015b). Indicadores IBGE. Pesquisa Industrial Mensal Produção Física Regional. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpf/regional/pim-pf-regional_201508caderno.pdf Acesso em: 08 out.2015.

2.4. Comércio e serviços

2.4.1. Comércio

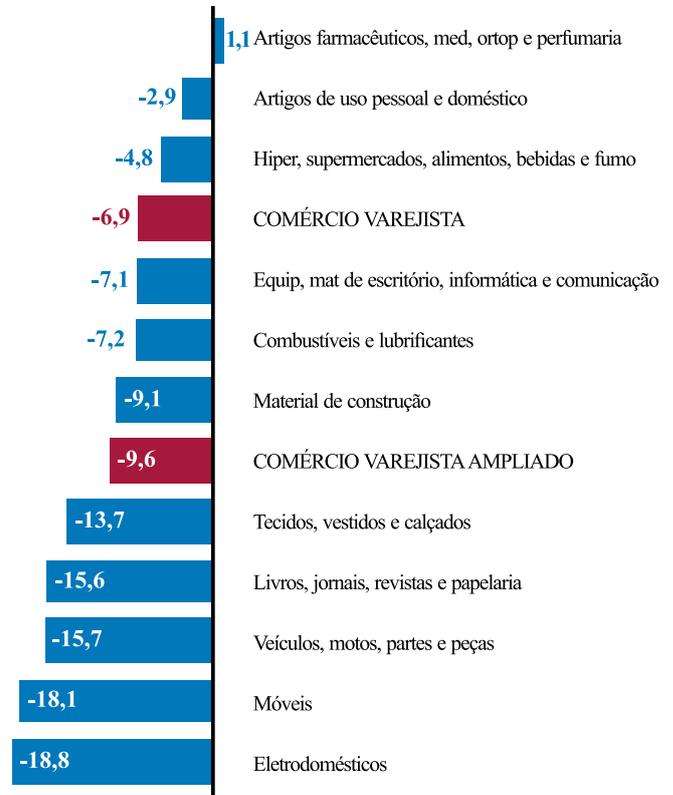
Confirmando as expectativas negativas para o setor no terceiro trimestre, o comércio varejista teve em agosto redução de 6,9% no volume de vendas, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O ambiente de indefinição política, redução de receitas do Governo, inflação, queda do nível de emprego e da massa salarial, afetam a confiança do consumidor. Diante do quadro geral da economia, as famílias adiam as compras, principalmente dos bens duráveis e de maior valor, que dependem do crédito ora mais restrito e caro. Essa situação já havia atingido a atividade de vendas de veículos que continua com números negativos, conforme o Gráfico 6. Para a queda das vendas nessa atividade, também contribui o cenário internacional, ocasionando redução das exportações. O Comércio Varejista Ampliado, na mesma comparação, teve redução de 9,6%.

As quedas têm se intensificado nas atividades de vendas de móveis e eletrodomésticos, com o adiamento da compra por parte das famílias. Outro fenômeno é a redução ou substituição de produtos na cesta de alimentos e bebidas. As expectativas têm sido frustradas durante o ano, restando para o setor a possibilidade de melhoria das vendas de final de ano, considerando a motivação do período de festas somado ao pagamento do décimo terceiro salário.

Em termos regionais, a queda do volume de vendas em agosto 2015 em comparação com agosto 2014 superou o declínio nacional na maioria dos Estados nordestinos, tendo a menor queda sido registrada no Rio Grande do Norte (-5,5%) (Gráfico 7).

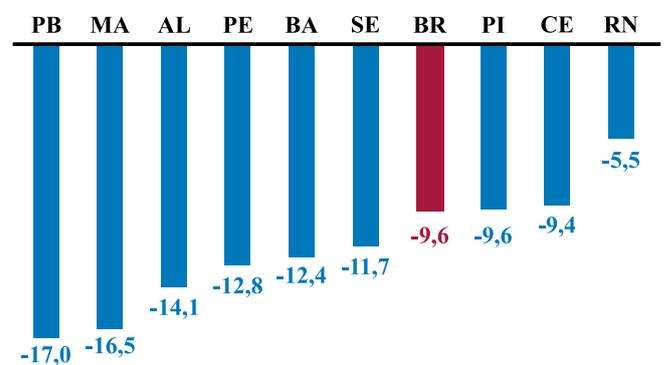
Ainda não é possível determinar as causas da redução em cada Estado, sendo necessário aguardar os resultados consolidados do ano para a correta avaliação dos aspectos sazonais e o impacto de eventos, a exemplo da Copa do Mundo que pode ter elevado a base de comparação em alguns meses de 2014. Registre-se que, mesmo com a redução das vendas, verificou-se o aumento de preços dada a pressão da inflação de custos. Com a indefinição de quando se dará o retorno da inflação a níveis aceitáveis à economia atual, não é possível prever se o comportamento do consumidor continuará com adiamento das compras de produtos de maior valor, redução e substituição de produtos de consumo mensal.

Gráfico 6 – Variação percentual do volume de vendas do Comércio – Agosto 2015/2014



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio-PMC.
Elaboração: BNB-ETENE.

Gráfico 7 – Variação percentual do volume de vendas do comércio em Estados selecionados – Agosto 2015/2014.



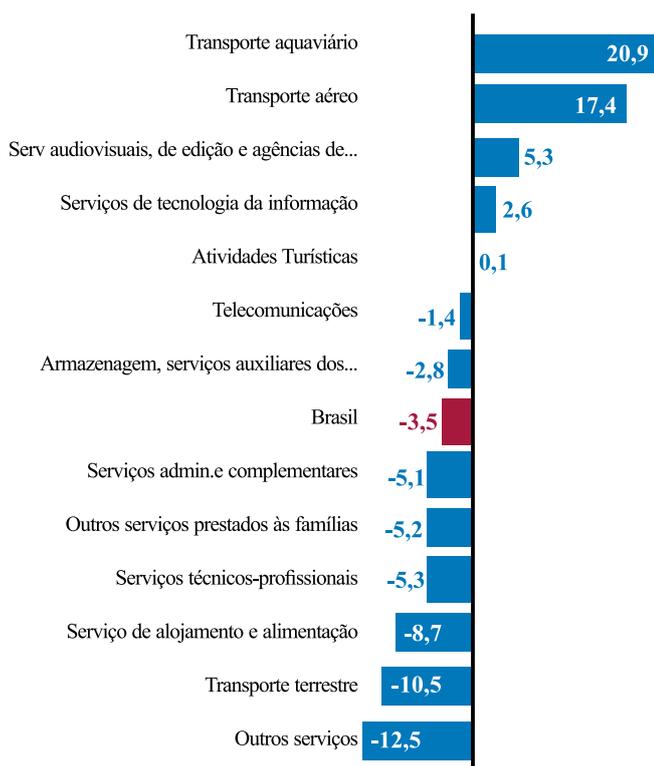
Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio - PMC. Elaboração: BNB-ETENE.

2.4.2. Serviços

O setor de serviços começa a perder dinamismo, especialmente nas atividades relacionadas à prestação de serviços às famílias. O quadro de incertezas e redução do poder aquisitivo, devido à inflação, estão alterando os hábitos familiares. O volume nacional de serviços teve em agosto redução de 3,5% na comparação com o mesmo período de 2014.

Serviços essenciais como o transporte de cargas e tecnologia da informação continuam registrando crescimento. Considerando as reduções das vendas do comércio, a atividade de serviços audiovisuais, principalmente aqueles relacionados à propaganda mantêm crescimento. Com a menor produção da indústria, o transporte terrestre teve redução de 10,5%, tendo em vista a redução de cargas e a paralisação de alguns investimentos.

Gráfico 8 – Variação percentual do volume de Serviços – Agosto 2015/2014.

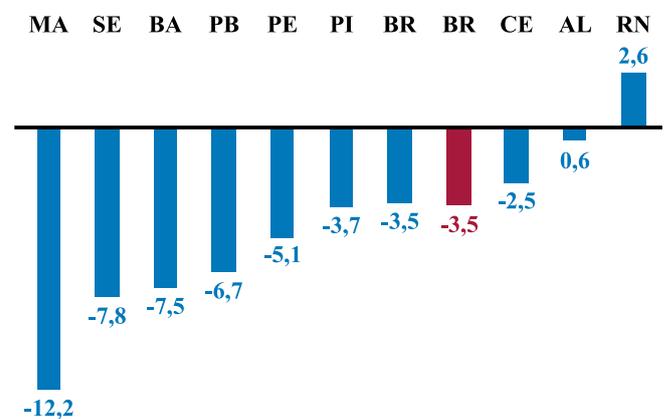


Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços - PMS. Elaboração: BNB-ETENE.

Os estados do Nordeste obtiveram, em sua maioria, resultados desfavoráveis, quando se compara agosto de 2015 com o mesmo mês do ano anterior, tendo apenas o Rio Grande do Norte registrado resultados positivos.

A recente queda do volume de serviços com a quebra de um padrão de crescimento é preocupante, pois o setor concentra a maior parte dos empregos do País. Espera-se, contudo, que com a recuperação do quadro geral da economia e considerando o incremento das exportações, dada a depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano, seja viabilizada a retomada do crescimento.

Gráfico 9 – Variação percentual do volume de serviços em Estados selecionados – Agosto 2015/2014



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio – PMS. Elaboração: BNB-ETENE.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio-PMC. Disponível em < www.ibge.gov.br >. Acesso em 22 de out. 2015.

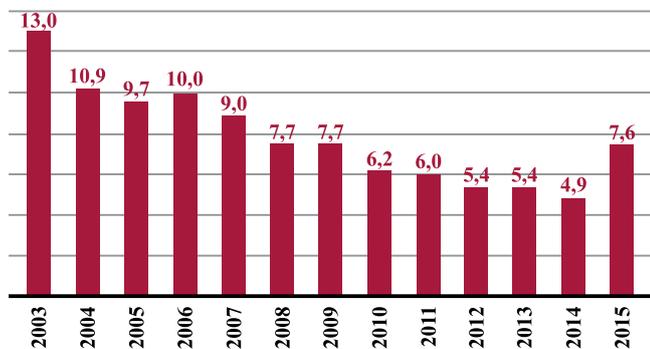
_____. Pesquisa Mensal de Serviços - PMS. Disponível em < www.ibge.gov.br >. Acesso em 22 out 2015.

JORNAL VALOR ECONÔMICO. Bens de Consumo estão mais caros, mas perdem da inflação. Disponível em < www.valor.com.br > Acesso em 19 out 2015.

3. MERCADO DE TRABALHO

A economia brasileira continua a sinalizar desaceleração na atual conjuntura, tendo em vista que o Produto Interno Bruto (PIB) registrou queda de 1,9% no segundo trimestre de 2015 em relação ao primeiro trimestre do ano. Com a tendência de enfraquecimento da atividade econômica, a taxa de desemprego⁵, depois de atingir em 2014 o menor índice da séria histórica (Gráfico 1), registrou 7,6% da População Economicamente Ativa-PEA em setembro de 2015, apresentando estabilidade na comparação com o mês anterior (7,6%), conforme o Gráfico 10.

Gráfico 10 - Taxa de desemprego - Brasil - 2003 a 2014 (setembro de cada ano, em %)



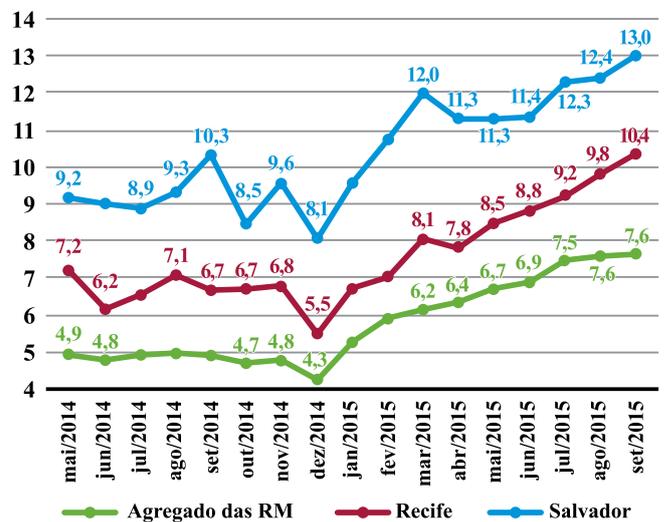
Fonte: PME – IBGE (2014).

No Nordeste, os dados disponíveis da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para Recife (10,4%) e Salvador (13,0%) apresentam a taxa de desocupação acima da média nacional. No entanto, diferente do comportamento do indicador nacional, as taxas de desocupação para as regiões metropolitanas em setembro registraram crescimento quando comparadas ao mês anterior, onde Salvador apresentou 12,4% e Recife 9,8% em agosto de 2015.

Entre janeiro e setembro deste ano, o crescimento da taxa de desocupação nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador ocorreu de forma acelerada, tendo em vista que os indicadores cresceram 3,7 pontos percentuais e 3,4 pontos percentuais nesse intervalo, respectivamente. Conforme detalhado no Gráfico 11, percebe-se uma tendência de aumento da taxa de desocupação nas Regiões Metropolitanas do Nordeste no segundo semestre, período que normalmente ocorre redução do índice devido às contratações temporárias.

⁵ Taxa de desocupação medida pela Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE, 2015).

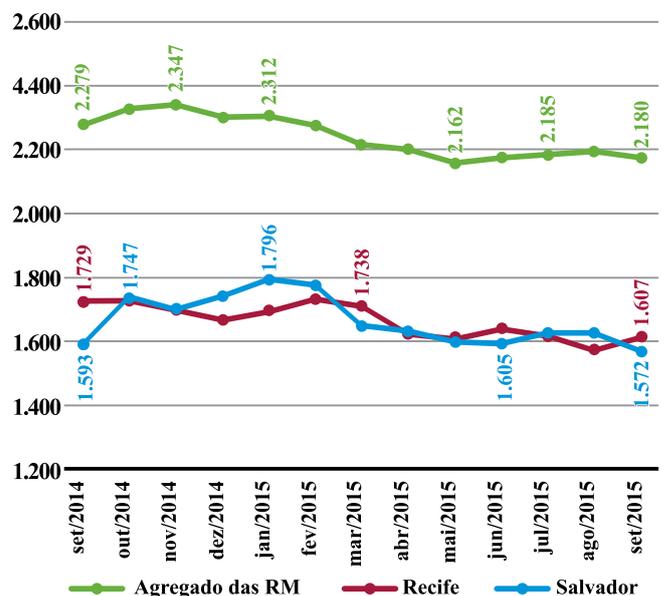
Gráfico 11 - Taxa de desocupação das pessoas com 10 anos ou mais de idade, por Região Metropolitana: Maio/2014 a Setembro/2015



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego - IBGE (2015).

De acordo com a PME, percebe-se uma tendência de queda no rendimento real do agregado das Regiões Metropolitanas desde novembro de 2014. A média da remuneração por pessoa ocupada desvalorizou 4,3% em setembro de 2015 (R\$ 2.180,00), quando comparado com o mesmo período do ano passado (R\$ 2.279,00) (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Evolução do Rendimento Médio Real Habitual da População Ocupada por Região Metropolitana – Setembro/2014 a Setembro/2015 (R\$ de 2015)



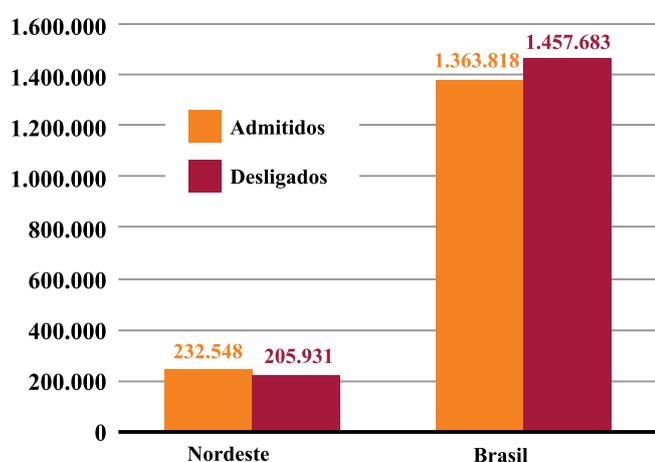
Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego - IBGE (2015).

Nota: Rendimento médio habitual da população ocupada (R\$), a preços de Setembro/2015.

Quanto à Região Metropolitana de Salvador, a taxa de desocupação aumentou e ao mesmo tempo a remuneração média real desvalorizou-se em 3,2% em setembro (R\$ 1.572,00) em relação a agosto (R\$ 1.623,00) de 2015. Para o mesmo período de análise, Recife seguiu com ganho em seu rendimento médio em 1,9% em setembro de 2015 (R\$ 1.607,00) ante ao registrado em agosto de 2015 (R\$ 1.577,00).

Analisando-se os dados relativos às admissões, desligamentos e saldo da geração de emprego do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE), percebe-se que o mercado de trabalho formal do Brasil, no período de janeiro-setembro/2015, apresentou perda de 657,7 mil empregos formais, resultado inferior em comparação com o observado no mesmo período de 2014, oportunidade em que foram geradas 751,4 mil vagas adicionais. Para o mês de setembro, percebe-se que o número de desligados (1.457.683) ainda supera o número de admitidos (1.363.818), contribuindo desta forma para aumento do saldo negativo em 93,8 mil (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Movimentação do emprego formal - Setembro de 2015 – Brasil e Nordeste



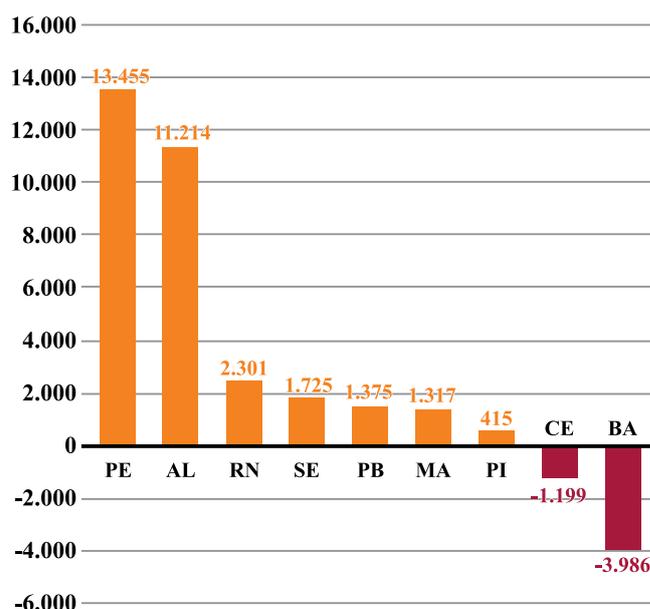
Fonte: MTE (2015).

Já na Região Nordeste, nos nove primeiros meses de 2015, também houve perda de vagas, totalizando uma redução em 158,3 mil postos de trabalho no acumulado do ano, resultado também inferior ao ocorrido no mesmo período do ano anterior, quando houve geração de 35,9 mil empregos com carteira assinada. Diferente dos dados nacionais, o mês de setembro registrou saldo positivo, com 232.548 admitidos contra 205.931 desli-

gados, reduzindo o saldo negativo em 26.617 empregos formais. O Gráfico 4 apresenta o saldo na geração de empregos por Estado para o mês de setembro de 2015.

Em termos estaduais, Pernambuco (13.455) e Alagoas (11.214) registraram incremento de postos de trabalho, com destaque para a indústria de transformação que apresentou saldo positivo tanto em Pernambuco (14.521) quanto em Alagoas (10.740) em setembro de 2015. Apenas Ceará (-1.199) e Bahia (-3.986) assinalaram saldo líquido negativo na geração de empregos (Gráfico 4). O Ceará apresentou ganhos nos setores da agropecuária (1.522), serviços (252) e administração pública (116); Bahia, com exceção do comércio (167), apresentou perdas em todos os setores econômicos, especialmente na construção civil (-1.808), serviços (-685), agropecuária (581) e indústria de transformação (-574) (Gráfico 14).

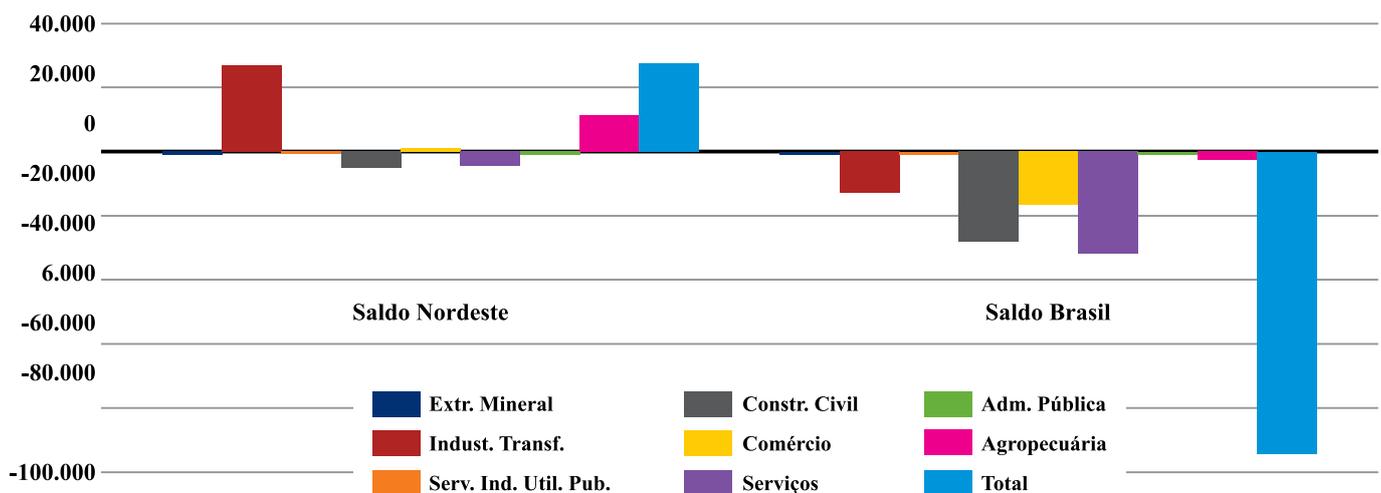
Gráfico 14 – Saldo da geração de emprego por Estado em setembro de 2015



Fonte: MTE (2015).

Com relação ao comportamento do mercado de trabalho nos grandes setores em termos regionais, verifica-se que a indústria de transformação (26.440) e a agropecuária (10.358) foram os principais responsáveis pelo desempenho positivo regional no mês de setembro de 2015. O Gráfico 15 apresenta uma comparação do saldo dos empregos formais, por setor, para o mês de setembro/2015, entre o Nordeste e o Brasil.

Gráfico 15 – Saldo da geração de emprego por setor de atividade econômica em setembro de 2015: Brasil e Nordeste



Fonte: MTE (2015).

Sem que haja perspectiva de reversão da trajetória negativa em curso para os indicadores do mercado de trabalho, CNI (2015) projeta que, ao final de 2015, a taxa de desocupação do agregado nacional esteja em 6,9%, ligeiramente melhor em comparação com a estimativa da PME (7,6%), em função da tendência histórica de melhoria no mês de dezembro de cada ano. Por outro lado, a previsão é de que o rendimento médio real em 2015 apresente queda de 2,5%. Para o Nordeste, espera-se que se repita o cenário desenhado para o Brasil. Ainda conforme CNI (2015) espera-se que a taxa de desocupação atinja 8,6% em Recife e 11,9% em Salvador ao final de 2015.

Além das perspectivas de desaceleração do nível da atividade econômica brasileira para o resto do ano, verifica-se que a inflação, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumula alta de 6,17% para o primeiro semestre de 2015. Concomitante ao enfraquecimento da atividade econômica, inflação elevada e aumento da taxa SELIC (aumento real em 14,2% ao ano), além de uma conjuntura política instável, são elementos que podem contribuir para retração dos investimentos e, por conseguinte, desfavorecendo o comportamento do mercado de trabalho para o início do primeiro trimestre de 2016.

Por tanto, para 2016 a expectativa é que não haja melhora nos indicadores do mercado de trabalho, devendo haver uma continuidade da deterioração das condições até o primeiro trimestre. Entretanto, a tendência é de estabilização após esse período, tanto em nível nacional como regionalmente, apresentando uma melhora no cenário a partir de 2017, coincidindo com a esperada retomada do crescimento econômico naquele ano.

Referências

BRASIL (2015). MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE (2015). Evolução de emprego do CAGED. Acesso em 03 nov. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2015). Pesquisa mensal de emprego Setembro 2015 – nova metodologia. Acesso em 29 out. 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI (2015). Informe Conjuntural. Ano 31. Número 3 - julho/setembro de 2015. Acesso em 29 out. 2015. Disponível em: http://www.fiemt.com.br/arquivos/1999_08_10_-_informe_conjuntural_setembro_2015.pdf.

4. SETOR EXTERNO

4.1. Cenário internacional

Conforme as Nações Unidas (2015), a economia mundial passa por um período de instabilidade econômica e financeira, com reflexos negativos em diferentes países. Referida volatilidade aliada com o fim do chamado superciclo das *commodities* afeta as nações dependentes das exportações desses produtos.

A título de ilustração, a cotação do barril de petróleo vem decrescendo fortemente desde 2013 como consequência principalmente do incremento da produção a partir do xisto norte-americano, além da política de preços praticada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo-OPEC. A cotação do barril decresceu para US\$ 42 no final de agosto desse ano, o nível mais baixo desde março de 2009 e 60% abaixo dos valores praticados em junho de 2014. Na primeira semana de outubro o valor do barril alcançou US\$ 46 o barril. Estima-se que haja um excesso de produção de 1 milhão de barris ao dia em termos mundiais.

Atualmente, os preços de diferentes minerais, matérias-primas e grãos são dependentes da demanda chinesa, a exemplo do ferro, cobre, borracha e soja, de forma que uma redução nas compras por parte do país asiático implica a queda nos valores desses produtos.

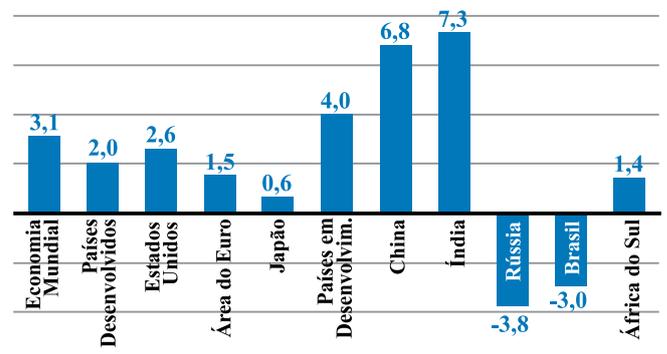
O Índice de Preços de Metais do *The Economist* deve cair em 2015-16, mas se restaura a partir de 2017. Será uma recuperação lenta, pois o nível de final de 2014 somente será alcançado em 2023-24. O Preço médio internacional do aço deverá cair até 2018, devendo apresentar tendência sustentada de alta em 2019. O preço do *bushel* de soja em grão, depois de ter subido em 2012 até próximo de US\$ 17, apresentou movimento de queda até cerca de US\$ 10 ao final de 2014. Até 2025, deverá convergir para próximo de US\$ 12. As cotações do suco de laranja, café e algodão têm declinado (*The Economist*, 2015).

Além disso, o cenário internacional tem sido marcado por desvalorizações cambiais além de redução nos fluxos de capitais para diferentes países em desenvolvimento. Referidas turbulências têm gerado volatilidade nas taxas de câmbio e nas bolsas de valores dos países desenvolvidos. A desvalorização cambial chinesa afeta sobretudo os países dependentes de exportações de *commodities* para aquele país, além das nações que competem com o país asiático nos mercados globais. A elevação das taxas de juros e a intervenção monetária nos Estados Unidos deverão reduzir o crescimento desse país, com reflexos negativos nos países em desenvolvimento.

Em termos de desempenho econômico, a economia mundial deverá crescer 3,3% em 2015, os países desenvolvidos 2,1% e os países em desenvolvimento 4,2%. O PIB dos Estados Unidos deverá crescer 3,7% em 2015, a área do Euro 1,5% e o Japão 0,8%. Entre os países em desenvolvimento, cabe destacar o desempenho da China e da Índia, que mesmo com a desaceleração, deverão se expandir em 6,8% e 7,5%, respectivamente (Gráfico 16).

A situação econômica dos países da América do Sul tem se mostrado preocupante tendo em vista a dependência desses países do mercado chinês. É importante registrar que aproximadamente 80% das exportações dessa região envolvem apenas cinco commodities: soja em grão, óleo de soja, petróleo, cobre e ferro. A concentração em poucos produtos torna essa região altamente condicionada em termos das oscilações das compras chinesas.

Gráfico 16 - Taxa de Crescimento do PIB em 2015



Fonte: FMI (2015).

Referências

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI. **World economic outlook update**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/update/02/pdf/0715.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

NAÇÕES UNIDAS. **World economic situation and prospects - monthly briefing**. Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_mb/wesp_mb82.pdf. Acesso em 02.out.2015.

THE ECONOMIST. **The chinese slowdown has hit prices hard**. Disponível em: <http://www.economist.com/news/economic-and-financial-indicators/21669877-commodities>. Acesso em: 5 out. 2015

4.2. Comércio exterior

No acumulado dos primeiros nove meses de 2015, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 10,2 bilhões, contrastando com o déficit de US\$ 741,4 milhões em 2014, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC, 2015). O desempenho positivo foi devido a queda de 23,0% do valor das importações (US\$ 134,2 bilhões) ser maior do que a redução de 16,8% das exportações (US\$ 144,5 bilhões), comparativamente ao mesmo período do ano 2014. A desaceleração da atividade econômica, a queda dos preços internacionais das principais commodities comercializadas e a desvalorização do Real concorreram para esse resultado.

A desagregação das exportações brasileiras por fator agregado mostra que, de janeiro a setembro deste ano, as vendas dos produtos básicos representaram 46,7% da pauta, seguida dos manufaturados (37,2%) e semimanufaturados (13,6%). Com relação ao mesmo período de 2014, todas as classes registraram retrocesso nas exportações: básicos (-22,3%), manufaturados (-11,2%) e semimanufaturados (-8,4%).

Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira (13,2%), óleos brutos de petróleo (6,5%), minérios de ferro e seus concentrados (5,3%), café não torrado, em grão (2,9%) e outros açúcares de cana (2,8%) foram os principais produtos exportados. Porém, todos registraram queda: soja, mesmo triturada, exceto para sementeira (-15,8%), óleos brutos de petróleo (-23,8%), minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados (-52,0%), café não torrado, em grão (-1,4%) e outros açúcares de cana (-23,1%).

China (20,0%), Estados Unidos (12,6%) e Argentina (6,8%) foram os principais destinos das vendas externas brasileiras, porém registraram diminuição de 16,6%, 9,3% e 11,1%, respectivamente, nas compras nesse período.

Já as importações brasileiras segundo categoria de uso mostra que o País distribuiu as compras em bens de capital (28,0%), bens intermediários (43,6%), bens de consumo (14,6%) e combustíveis e lubrificantes (13,8%). Todas as categorias de produtos acumularam queda no período em análise, porém o maior recuo foi em combustíveis e lubrificantes (-45,9%) ocasionado tanto pela queda do preço do barril do petróleo como pela menor demanda interna. A queda nas demais reflete a retração da atividade econômica: bens de capital (-19,2%), bens intermediários (-16,7%) e bens de consumo (-15,8%).

China (18,6%), Estados Unidos (15,2%), Alemanha (6,0%) e Argentina (5,9%) foram os principais mercados fornecedores das compras externas do País. Entretanto, apresentaram redução nas vendas: China (-11,0%), Estados Unidos (-23,0%), Alemanha (-25,4%) e Argentina (-25,1%).

Diferentemente do País, a balança comercial nordestina registrou déficit de US\$ 6,38 bilhões (Gráfico 14), no acumulado de janeiro-setembro deste ano, porém menor do que o computado em mesmo período do ano anterior (-US\$ 9,37 bilhões). Tanto as exportações (US\$ 10.797,7 milhões) como as importações (US\$ 17.182,3 milhões) apresentaram valores 10,4% e 19,8% menores, respectivamente, que os registrados no período em análise.

A decomposição das exportações por fator agregado revela que, de janeiro a setembro de 2015 frente ao mesmo período de 2014, as vendas de produtos industrializados participaram com 70,2% da pauta de exportações nordestinas e registraram queda de 14,2% no valor exportado nesse período. Os embarques de produtos manufaturados recuaram 24,9% devido, sobretudo, à redução das vendas de óleos combustíveis (-US\$ 952,3 milhões). Por outro lado, o segmento dos semimanufaturados cresceu 5,1%, impulsionado pelo aumento de receita de exportação de cátodos de cobre (+US\$ 195,4 milhões), pasta química de madeira (+US\$ 157,1 milhões) e alumina calcinada (+US\$ 128,4 milhões). Já as vendas de produtos básicos cresceram 2,6%, no período em análise, devido ao incremento das vendas de soja, mesmo triturada, exceto para sementeira (+US\$ 60,6 milhões) e minérios de níquel e seus concentrados (+US\$ 61,8 milhões).

China (23,3%), Estados Unidos (12,3%), Argentina (8,1%) e Holanda (6,7%) são os principais destinos das vendas externas da Região. Entretanto, destes, apenas a China registrou acréscimo de 28,4% nas compras de produtos nordestinos. As exportações para os demais países retrocederam: Estados Unidos (-14,8%), Argentina (-7,9%) e Holanda (-35,5%).

Do lado das importações nordestinas, todas as categorias de produto apresentaram queda nos valores importados com destaque, em termos absolutos, para combustíveis e lubrificantes: óleo diesel (- US\$ 2.165,4 milhões), outros propanos liquefeitos (- US\$ 578,0 milhões) e outras gasolinas (- US\$ 498,1 milhões), no período janeiro-setembro de 2015 relativamente ao mesmo período no ano anterior.

Tabela 8 - Nordeste - Exportação por fator agregado - Jan-set 2015/2014 - US\$ milhões FOB

Exportação por fator agregado	Jan-set/2015		Jan-set/2014		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Básicos	3.092,5	28,6	3.014,5	25,0	2,6
Industrializados	7.580,6	70,2	8.830,5	73,3	-14,2
- Semimanufaturados	3.323,0	30,8	3.161,0	26,2	5,1
- Manufaturados	4.257,6	39,4	5.669,5	47,0	-24,9
Op. especiais	124,6	1,2	209,3	1,7	-40,5
Total	10.797,7	100,0	12.054,2	100,0	-10,4

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração ETENE.

Tabela 9 - Nordeste - Importação por categoria de uso - jan-set 2015/2014 - US\$ milhões FOB

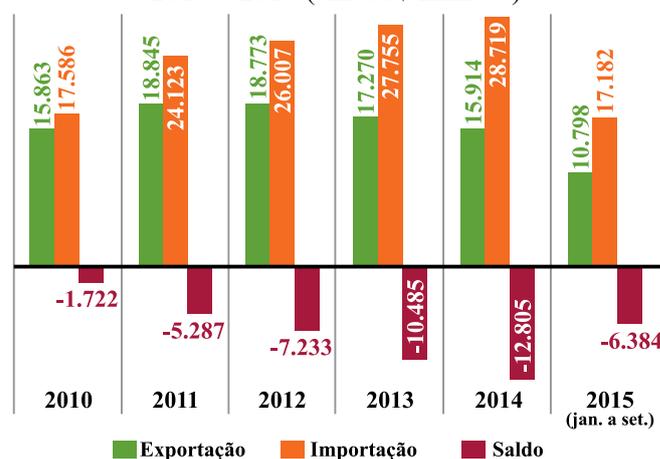
Importação por categoria de uso	Jan-set/2015		Jan-set/2014		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bens de capital	2.539,2	14,8	3.027,2	14,1	-16,1
Bens intermediários	6.464,5	37,6	7.056,0	32,9	-8,4
Bens de consumo	1.504,4	8,8	1.997,0	9,3	-24,7
- Bens duráveis	798,8	4,6	1.158,1	5,4	-31,03
- Bens não duráveis	705,6	4,1	838,8	3,9	-15,88
Combustíveis e lubrificantes	6.674,2	38,8	9.341,4	43,6	-28,6
TOTAL	17.182,3	100,0	21.421,6	100,0	-19,8

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração ETENE.

Estados Unidos (16,4%), China (10,6%), Argentina (7,8%) e Índia (6,4%) representam os principais mercados de origem das importações nordestinas. Entretanto, no comparativo janeiro-setembro de 2015 frente ao mesmo período de 2014, somente as compras adquiridas da Índia registraram pequeno acréscimo de valor 0,3%. As aquisições originárias dos Estados Unidos (-50,1%) e China (-12,6%) Argentina (-6,2%) retrocederam.

Dos estados nordestinos, apenas o Piauí (+ US\$ 253,7 milhões) registrou saldo positivo na balança comercial estadual no período em análise. Os demais acumularam déficits: Pernambuco (-US\$ 3.495,8 milhões), Ceará (-US\$ 1.493,3 milhões), Maranhão (-US\$ 643,3 milhões), Bahia (-US\$ 529,4 milhões), Paraíba (-US\$ 292,5 milhões), Sergipe (-US\$ 95,5 milhões), Alagoas (-US\$ 83,0 milhões) e Rio Grande do Norte (-US\$ 5,5 milhões). Vale ressaltar que os estados da Bahia e Maranhão são os que mais transacionam com o exterior, juntos são responsáveis por 77,4% das exportações e 55,5% das importações realizadas pela Região.

Gráfico 17 – Nordeste: saldo balança comercial – 2010 – 2015 (em US\$ milhões)



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração ETENE.

Referências

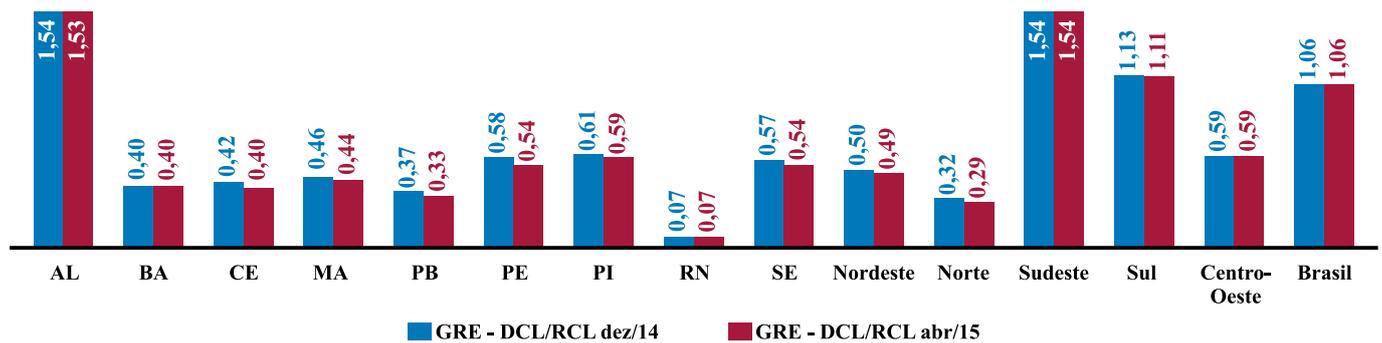
Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. Balança Comercial: Unidades da Federação. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna.php?area=5&menu=1076>. Acesso em: 09 out 2015.

5. FINANÇAS PÚBLICAS

O Grau de Endividamento dos Estados (GRE = Dívida Líquida Consolidada/Receita Corrente Líquida – RCL) mostra a capacidade dos Estados em fazer investimentos. Quanto mais baixo referido GRE, maior a autonomia destes em gerar recursos para investimento ou tomar empréstimos. O indicador se manteve estável no primeiro

quadrimestre de 2015, em comparação com a posição do final do ano de 2014. Todos os estados nordestinos tiveram leve queda em seus GRE, ficando o indicador para a Região em 0,49. Alagoas é o Estado com o GRE mais elevado, ou seja, 1,53 (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Grau de Endividamento dos Estados - %



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração:BNB/ETENE.

Nota: Os dados para o Rio Grande do Norte são estimados, posição de agosto de 2014. Para o Amazonas, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, os dados do primeiro quadrimestre de 2015 foram estimados, posição de dezembro de 2014.

5.1. Transferências Constitucionais

As transferências do Fundo de Participação dos Estados – FPE, para a região Nordeste cresceram 6,5% (de R\$ 20,8 bilhões para R\$ 22,1 bilhões) quando se compara janeiro – agosto de 2015 em relação ao mesmo período de 2014. Referido crescimento não compensou, contudo, a inflação no período⁶ e a perda real foi de 1,8%.

O Fundo de Participação dos Municípios – FPM, por sua vez, obteve crescimento de 9,0% no período e 0,5% em termos reais. Esse crescimento foi influenciado pelo estado da Bahia com um crescimento nominal e real de 10,6% e 2,0%, respectivamente. O único Estado que teve perda real foi o Rio Grande do Norte. Salvador foi a única capital nordestina que aumentou sua participação no FPM – capitais, no período analisado⁷, incremento de 7,6% em 2014, para 8,4% em 2015. A variação nominal do FPM para Salvador foi de 20,2% e um crescimento real de 10,8%. Enquanto isso, Natal teve queda nominal de 2,6% e perda real de 10,2%. Isso ocorreu porque a participação relativa da renda *per capita* de Salvador caiu levemente, mas foi o suficiente para que ela mudasse de intervalo nesse indicador. Com Natal aconteceu o inverso, sua participação relativa na renda *per capita* aumentou fazendo que com seu percentual de distribuição saísse de 3,3985% para 3,0405%, redução de 10,5% em seu coeficiente de distribuição.

Tabela 10 – Fundos Constitucionais – Janeiro a Agosto – R\$ Milhões

Estados/ Região	FPE		FPM		FPM - Capitais	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Alagoas	1.649	1.756	989	1.074	220	238
Bahia	3.724	3.967	3.799	4.201	317	381
Ceará	2.908	3.098	2.060	2.238	352	381
Maranhão	2.861	3.047	1.724	1.872	220	238
Paraíba	1.898	2.022	1.341	1.457	176	191
Pernambuco	2.735	2.913	2.042	2.218	222	240
Piauí	1.713	1.824	1.101	1.196	220	238
Rio Grande do Norte	1.656	1.764	1.045	1.116	141	137
Sergipe	1.647	1.754	619	673	127	137
Nordeste	20.788	22.146	14.720	16.046	1.996	2.182
Brasil	39.630	42.219	41.473	45.129	4.147	4.513

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: BNB/ETENE.

6 A variação entre os IPCA médios do período (janeiro a agosto, 2015 e 2014) foi de 8,5%.

7 O cálculo dos coeficientes individuais do FPM das capitais é o produto do fator população e do inverso do fator renda *per capita*.

A previsão do FPE para o Nordeste é de R\$ 32,9 bilhões em 2015, de acordo com a revisão da programação financeira da União. Realizou-se 67,4% da programação até agosto do corrente ano. Quanto ao FPM, a previsão é de R\$ 24,9 bilhões para o Nordeste. A estimativa do FPE para 2015 prevê aumento de 7,8%, com relação a 2014, e 9,3% para o FPM. Com as previsões para a inflação em torno dos 9,5%, o Nordeste terminará o ano com perdas reais nos fundos constitucionais.

Para 2016 entrarão em vigor os novos coeficientes para o FPE, alterados pela Lei complementar 143/2013. Até 2015 a participação do Nordeste no FPE era de 52,5%. Em 2016 essa participação será de 52,1%, que equivale a uma perda de R\$ 232 milhões caso os coeficientes não sofressem alterações (Tabela 11). As duas regiões que tendem a perder são o Nordeste e o Sul. O destaque é o crescimento do Sudeste, principalmente o Rio de Janeiro. O crescimento nominal do FPE para 2016 deverá alcançar 5,2% com relação a 2015. Para o FPM o aumento previsto deverá ser de 7,9%.

Tabela 11 - Previsões para 2016 – FPE e FPM – R\$ Milhões

Regiões/Estados	FPE - PLOA 2016 (A)	FPE - COEF. de 2015 (B) ¹	Diferença (A - B)	FPM - PLOA 2016
Norte	16.890	16.722	167,9	6.658
Nordeste	34.339	34.571	-232,4	26.907
Alagoas	2.772	2.742	29,8	1.801
Bahia	6.124	6.193	-68,5	7.045
Ceará	4.792	4.836	-43,7	3.753
Maranhão	4.743	4.757	-14,0	3.140
Paraíba	3.135	3.156	-21,0	2.444
Pernambuco	4.470	4.548	-77,4	3.719
Piauí	2.846	2.848	-2,4	2.006
Rio Grande do Norte	2.756	2.754	2,1	1.872
Sergipe	2.701	2.739	-37,3	1.128
Sudeste	5.718	5.590	127,8	23.528
Sul	4.222	4.296	-73,2	13.179
Centro-Oeste	4.738	4.728	10,0	5.405
Brasil	65.907	65.907	0	75.678

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: BNB/ETENE. Nota: (1) FPE de 2016, caso os coeficientes de 2015 fossem mantidos.

5.2. Arrecadação de ICMS

O ICMS é um indicador macroeconômico que reflete a dinâmica econômica das unidades federativas. Dez estados concentram cerca de 80% da arrecadação do ICMS. Referido grupo conta com apenas dois estados da região Nordeste, Bahia e Pernambuco, com 4,7% e 3,3% do total da arrecadação em 2014 e em 2015 (até julho), respectivamente. Enquanto o Nordeste detém cerca de 28,0% da população do País, o ICMS dessa Região é cerca de 16,0% da arrecadação brasileira.

Embora parciais, os dados do ICMS⁸ até aqui obtidos revelam que o crescimento da arrecadação do tributo no Nordeste foi de 6,2%, implicando uma perda em termos reais, 2,0%⁹. No mesmo período, a arrecadação no país cresceu 3,3%, com uma perda real de 4,6%. O único estado que obteve crescimento real, 3,9%, foi o Piauí. Os demais estados tiveram quedas em suas arrecadações, em termos reais. A expansão no Piauí é explicada pela evolução nos setores de energia¹⁰ e petróleo, 112,3% e 11,8%, respectivamente. A arrecadação nestes setores cresceu no período R\$ 122,1 milhões e R\$ 58,6 milhões, respectivamente. Juntos representam 42,5% do total da arrecadação.

Os estados de Pernambuco e Bahia obtiveram crescimento de arrecadação em termos nominais de 4,0% e 5,6%, respectivamente, embora tenha resultado em queda em termos reais no período. Na Bahia, a arrecadação do setor de energia cresceu fortemente, 51,4%, mas representa 11,5% da arrecadação total. Tal crescimento não foi suficiente para compensar os fracos desempenhos nos setores: terciário, 1,9%; petróleo, -0,5% e secundário, 3,2%. Juntos estes setores representam 85,2% da arrecadação. Em Pernambuco, o setor de energia cresceu 49,2% (representa 11,3% da arrecadação), enquanto que o setor terciário aumentou apenas 0,3%, o secundário, 2,5% e petróleo teve queda de 0,9%. Estes três setores representam 85,3% do ICMS pernambucano. O estado do Ceará obteve a terceira maior queda real entre os estados nordestinos, -2,4%. Mesmo com a energia crescendo em termos nominais 48,0%, não compensou a perda nominal do setor terciário, -2,7%,

8 O período de análise do ICMS é janeiro a julho de 2015 com relação ao primeiro semestre de 2014.

9 A relação entre as médias do IPCA, janeiro a junho de 2015 e 2014, foi de 8,3%.

10 A arrecadação do setor de energia registrou crescimento médio de 56,7% no Nordeste de janeiro a julho de 2015 com relação ao primeiro semestre de 2014. O menor crescimento ocorreu em Sergipe, 36,8%.

Tabela 12 - Arrecadação de ICMS – Janeiro a Julho – Milhões

Estados/ Região	2014	Part. %	2015	Part. %	Var. %	Var. Real %
Alagoas	1.682	0,8	1.815	0,8	7,9	-0,4
Bahia	10.208	4,7	10.781	4,8	5,6	-2,5
Ceará	5.258	2,4	5.560	2,5	5,7	-2,4
Maranhão	2.601	1,2	2.800	1,2	7,6	-0,6
Paraíba	2.483	1,1	2.661	1,2	7,2	-1,1
Pernambuco	7.149	3,3	7.436	3,3	4,0	-4,0
Piauí	1.648	0,8	1.854	0,8	12,5	3,9
Rio Grande do Norte	2.450	1,1	2.634	1,2	7,5	-0,7
Sergipe	1.564	0,7	1.666	0,7	6,5	-1,7
Nordeste	35.044	16,0	37.207	16,5	6,2	-2,0
Brasil	218.749	100,0	225.979	100,0	3,3	-4,6

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: BNB/ETENE.

Nota: Foram estimados os dados para o Acre (2014 e 2015), Amazonas (junho e julho); Amapá (abril, maio, junho e julho, estimados pelo Banco Central); Tocantins (junho) e Rio de Janeiro (abril e maio, estimados pelo Banco Central); Santa Catarina (julho); Goiás (julho)

Referências

BRASIL. Banco Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>. Acesso em: 05 set 2015.

_____. Ministério da Fazenda. Confaz. Boletim do ICMS. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.htm>>. Acesso em: 05 set 2015.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Coordenação Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras intergovernamentais. Boletim do FPE e FPM e Transferências Voluntárias. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp>. Acesso: 05 set 2015.

6. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

6.1. Saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional atingiu, no final do mês de agosto de 2015, estoque total das operações de crédito de R\$ 3.132,4 bilhões, alta de 9,6%, quando comparado com o mesmo mês do ano anterior, conforme informações extraídas do Banco Central (2015a).

O Sistema Financeiro Nacional aqui considerado é formado pelo Sistema Bancário (bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e bancos de investimento), além do segmento constituído pelos bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades

de crédito ao microempreendedor e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. Vale ressaltar que no saldo relativo ao Sistema Financeiro Nacional, não estão inclusos os recursos dos fundos constitucionais (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE)

O crescimento do crédito no Brasil vem sendo influenciado fundamentalmente nos últimos anos pelas operações financiadas com recursos direcionados. Nesse contexto, no acumulado dos últimos 12 meses registrou-se crescimento de 14,7% para a referida variável, frente ao mesmo período de 2014. As operações financiadas com recursos livres, por sua vez, aumentaram 5,2% nesse mesmo período (Tabela 13).

Tabela 13 – Brasil: Saldo das operações de crédito do sistema financeiro – usos e fontes dos recursos e controle de capital – Agosto de 2014 e 2015 (R\$ milhões correntes)

Discriminação	Agosto 2014	Agosto 2015	Variação Nominal	Participação Ago/15, %	Crédito/PIB ⁽¹⁾ , em %	
					ago/14	ago/15
1. Destinação por Tomador	2.857.674	3.132.442	9,6	100,0	52,9	54,6
1.1. Pessoas Físicas	1.344.690	1.479.914	10,1	47,2	24,9	25,8
1.2. Pessoas Jurídicas	1.512.984	1.652.528	9,2	52,8	28,0	28,8
2. Fontes dos Recursos	2.857.674	3.132.442	9,6	100,0	52,9	54,6
2.1. Livres	1.521.792	1.600.371	5,2	51,1	28,2	27,9
2.2. Direcionados ⁽²⁾	1.335.882	1.532.071	14,7	48,9	24,7	26,7
3. Controle de Capital	2.857.673,0	3.132.442,0	9,6	100,0	52,9	54,6
3.1. Inst. Fin. Públicas	1.519.991,0	1.737.329,0	14,3	55,5	28,1	30,3
3.2. Inst. Fin. Priv. Nacionais	917.453,0	943.693	2,9	30,1	17,0	16,5
3.3. Inst. Fin. Estrangeiras	420.229,0	451.420,0	7,4	14,4	7,8	7,9

Fonte: BACEN (2015b). Elaboração: BNB/ETENE.

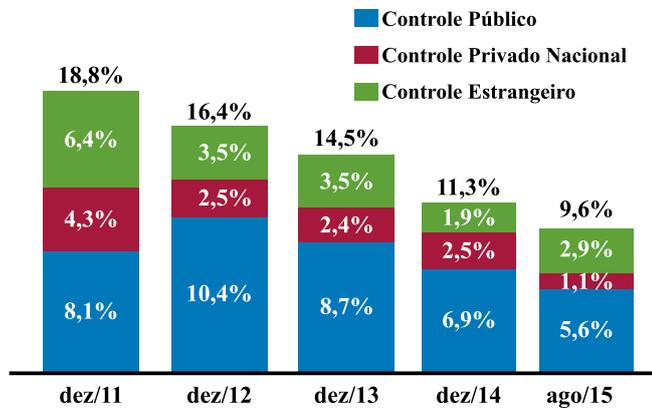
Notas: (1) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses - valores correntes.

(2) Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

Apesar dos resultados positivos, está ocorrendo uma desaceleração na taxa de crescimento das operações de crédito desde 2011, tendo em vista o elevado ritmo de expansão verificado nesse período. A carteira de longo prazo tem apresentado expansão mais sustentável. Os bancos públicos continuam avançando na participação do crédito total, de maneira que no ano de 2013 superou

a marca de 50% do total da oferta de crédito no País. Contudo, a partir de 2012, observou-se perda de fôlego na contribuição deste grupo, haja vista que o crédito direcionado, que sustentou parte do crescimento dos financiamentos nos últimos anos, apresenta trajetória de redução na velocidade de expansão, em razão do impacto fiscal na oferta creditícia.

Gráfico 19 – Contribuição ao crescimento do saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional por controle de capital – Dezembro/2011 a Agosto/2015 (Mês/mesmo mês do ano anterior)



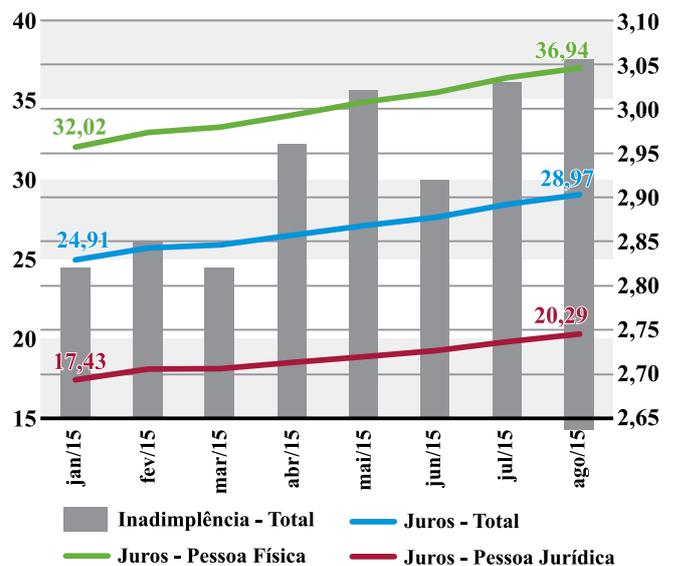
Fonte: Banco Central (2015a). Elaboração: BNB/ETENE.

O crescimento mais moderado da oferta de crédito foi resultado, em grande medida, devido ao aumento das incertezas macroeconômicas, a exemplo do comportamento da atividade industrial, do nível de comprometimento da renda das famílias, do arrefecimento do consumo e da elevação da taxa básica de juros.

Quanto às condições de concessão de crédito, houve elevação das taxas de juros, 28,97% em agosto último, tanto em razão do crescimento das taxas para pessoas físicas, quanto para pessoas jurídicas, ou seja, 36,94% e 20,29%, respectivamente. A taxa de inadimplência (proporção das operações vencidas há mais de 90 dias em

relação ao total do crédito), também apresenta trajetória de alta, de forma que aumentou de 2,82%, em janeiro de 2015, para 3,07%, em agosto de 2015, sobretudo devido à elevação na taxa de inadimplência das empresas, de 1,99% para 2,39%. A taxa de *spread* (diferença de juros entre a captação e aplicação de recursos), que representam em grande medida as margens de rentabilidade dos bancos, apresentou elevação de 16,0% para 18,8% no período de janeiro a agosto de 2015, em razão da elevação das taxas de juros (Gráfico 20).

Gráfico 20 – Inadimplência, taxas de juros total, pessoas físicas e jurídicas



Fonte: Banco Central (2015b).

6.2. Saldo das operações de crédito e depósitos do sistema financeiro nordestino

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro no Nordeste atingiu R\$ 396,9 bilhões¹¹, no final de agosto de 2015, crescimento de 9,3%, quando comparado ao mesmo mês do ano anterior, sendo ligeiramente abaixo da média nacional (9,6%), segundo informações fornecidas pelo Banco Central (2015a).

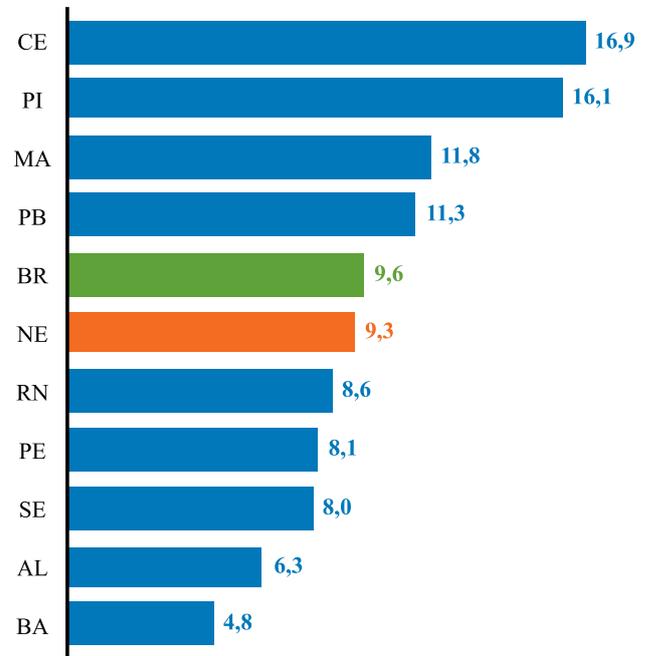
Entre os estados nordestinos, a maior elevação no saldo das operações de crédito ocorreu no Ceará (16,9%), acompanhado de perto pelo Piauí (16,1%). Em termos de participação, apenas três estados (Bahia, Pernambuco e Ceará) concentravam cerca de dois terços do estoque de crédito da Região, reproduzindo assim o peso que referidos estados detêm na composição do PIB do Nordeste.

O crescimento do crédito em nível regional permanece, em grande parte, motivado pelo aumento das operações de crédito das pessoas físicas, voltado fundamentalmente para o consumo, tendo registrado avanço de 12,8% em doze meses. **É importante registrar que referida expansão** apresenta claros sinais de arrefecimento, ao passo que pelo lado das operações de crédito para pessoas jurídicas, essencialmente direcionado para a produção, registrou-se crescimento de 4,8% no mesmo período. Em termos de participação, no final de agosto de 2014, o saldo das operações de crédito do Nordeste destinado às famílias representava um pouco mais da metade (57,1%) do total, cabendo a parcela restante (42,9%) às empresas, estrutura um pouco diferente da observada para a média brasileira, com maior preponderância do crédito destinado às empresas (52,8%), comparativamente às famílias (47,2%).

A inadimplência da Região, seguindo a mesma trajetória em nível nacional, apresentou elevação, na medida em que registrou 3,93% em agosto do corrente ano, ante 3,76% do mesmo mês do ano anterior. A inadimplência registrada para pessoas físicas (4,43%) foi superior para pessoas jurídicas (3,27%), muito embora esta última venha apresentando crescimento mais robusto ao longo dos últimos períodos.

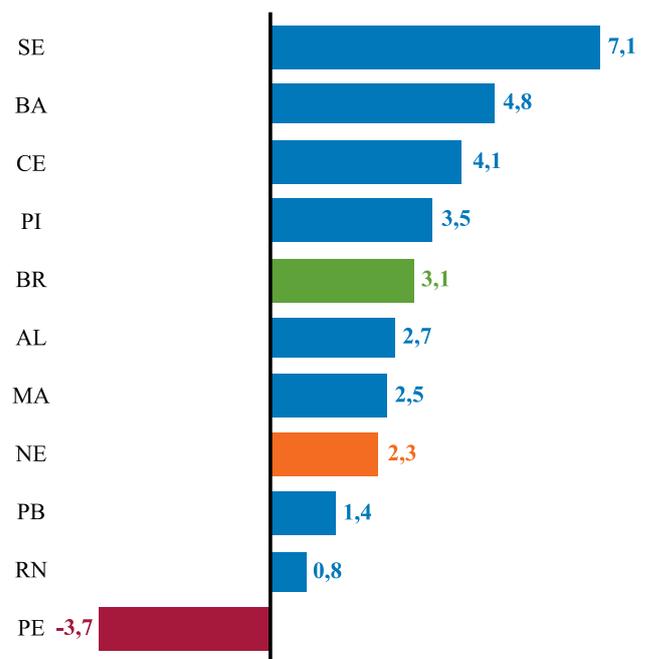
¹¹ O Sistema Financeiro no Nordeste compreende as operações de crédito, com saldo superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. Referido valor representa aproximadamente 94,0% de todas as operações de crédito realizadas na Região.

Gráfico 21A – Variação percentual do Saldo das Operações de Crédito no Brasil e nos Estados do Nordeste (Ago. 2015/Ago. 2014)



Fonte: Elaboração do BNB/ETENE, com base no BACEN (2015a).

Gráfico 22B – Variação percentual do Saldo dos Depósitos Bancários no Brasil e nos Estados do Nordeste (Jun. 2015/Jun. 2014)



Fonte: Elaboração do BNB/ETENE, com base no BACEN (2015e).

O saldo dos depósitos captados pelo sistema bancário no Nordeste atingiu R\$ 191,6 bilhões, em junho de 2015, implicando um crescimento de 2,3%, comparativamente com o ano anterior, ante 3,1% para a expansão em termos nacionais Banco Central (2014e). A elevação no saldo

dos depósitos bancários da Região deveu-se, sobretudo, aos resultados obtidos pelos estados de Sergipe (7,1%), maior em variação percentual, e pelo estado da Bahia (4,8%), que registrou a maior variação absoluta na captação de depósitos, R\$ 2,4 bilhões nos últimos doze meses.

Tabela 14 – Estados do Nordeste e Regiões Brasileiras: Saldo das Operações de Crédito¹ e Saldo dos Depósitos do Sistema Financeiro² – Posições em 2014 e 2015

Estados/ Regiões	Saldo Operações (R\$ milhões)		Variação nominal (b)/(a) em %	Partic. (%) dez/14	Saldo Depósitos (R\$ milhões)		Variação Nominal (d)/(c) em %	Partic. (%) nov/14
	Agosto 2014 (a)	Agosto 2015 (b)			Junho 2014 (c)	Junho 2015 (d)		
Maranhão	32.779	36.661	11,8	9,2	11.749,7	12.044,0	2,5	6,3
Piauí	15.590	18.094	16,1	4,6	7.359,9	7.620,8	3,5	4,0
Ceará	53.641	62.688	16,9	15,8	39.653,9	41.281,9	4,1	21,5
R.G. Norte	27.066	29.384	8,6	7,4	10.086,0	10.167,1	0,8	5,3
Paraíba	23.412	26.060	11,3	6,6	11.261,8	11.418,5	1,4	6,0
Pernambuco	68.279	73.827	8,1	18,6	38.857,5	37.420,1	-3,7	19,5
Alagoas	19.006	20.203	6,3	5,1	8.201,8	8.426,7	2,7	4,4
Sergipe	16.732	18.074	8,0	4,6	9.629,0	10.314,7	7,1	5,4
Bahia	106.825	111.983	4,8	28,2	50.531,2	52.954,2	4,8	27,6
Nordeste	363.330	396.974	9,3	12,7	187.331	191.648	2,3	5,5
Norte	107.979	116.047	7,5	3,7	47.144	45.698	-3,1	1,3
Centro-Oeste	284.547	322.430	13,3	10,3	429.767	494.826	15,1	14,2
Sudeste	1.523.101	1.679.781	10,3	53,6	2.442.957	2.484.919	1,7	71,2
Sul	511.696	544.721	6,5	17,4	278.846	274.482	-1,6	7,9
Brasil	2.857.674	3.132.442	9,6%	100,0	3.386.045	3.491.573	3,1	100,0

Fonte: BACEN - Sistema Gerenciador de Séries Temporais - 2015a. / ESTBAN - 2014e.

Notas:

(1) Saldo das operações de crédito, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil;

(2) Para o saldo dos depósitos, foram considerados os saldos dos depósitos a vista, do governo e setor privado, depósitos em caderneta de poupança e os depósitos interfinanceiros;

(3) Os dados dos depósitos referentes ao mês de agosto não estavam disponibilizados no momento da elaboração deste documento.

6.3. BNB: Taxas de juros, saldo dos depósitos e operações de crédito

O Banco do Nordeste, principal órgão de fomento sediado na Região, destaca-se pelo atendimento aos agentes produtivos em termos de oferta creditícia de longo prazo. Além disso, também tem se destacado nas operações de banco comercial, por praticar taxas de juros competitivos em relação aos valores ofertados pelas instituições financeiras que integram o Sistema Financeiro Nacional.

Esse desempenho foi constatado em pesquisa realizada pelo Banco Central (2015f), ocasião em que se acompanhou a evolução dos encargos financeiros cobrados nas principais operações de crédito junto a um grupo representativo de instituições financeiras que operam no mercado de crédito nacional. O período da pesquisa foi de 08 a 14 de setembro,

No grupo de operações para pessoas físicas, o BNB ficou em primeiro lugar por praticar a menor taxa de juros no País nas operações de desconto de cheques.

Foi também o nono colocado nos encargos financeiros cobrados nas operações de cheque especial e décimo quarto em crédito consignado privado. Nas operações com as empresas, as taxas de juros cobradas pelo BNB nas transações com cheque especial e conta garantida, foram as mais baixas entre os bancos pesquisados no País.

Destacam-se também as operações de capital de giro com prazo superior a 365 dias, estando na terceira colocação em termos de taxas de juros no rol dos bancos pesquisados. As operações de descontos de cheques ficaram entre as dez melhores praticadas do mercado de crédito nacional. Vale ressaltar que nas demais operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas, onde o BNB não ocupa as primeiras posições, as suas taxas de juros praticadas nas operações de crédito comercial, de maneira geral, foram inferiores às respectivas médias do mercado de crédito brasileiro.

Tabela 15 – Taxas Efetivas de Juros das Operações de Crédito: Posição relativa do Banco do Nordeste do Brasil em relação ao mercado brasileiro de crédito. Período da pesquisa do BACEN: 08/09 a 14/09/2015.

Modalidade da Operação	Posição do BNB	Taxas Efetivas ao Mês (%)			No. Bancos pesquisados	
		BNB	Média do Mercado	Mínima do Mercado		Máxima do Mercado
Pessoa Física						
Desconto de cheques	1º	2,42	3,94	2,42	7,97	9
Cheque especial	9º	4,42	7,73	0,00	16,54	29
Crédito pessoal consignado privado	14º	2,29	2,86	1,62	6,72	51
Crédito pessoal não consignado	15º	4,02	7,99	0,00	20,28	59
Crédito pessoal consignado INSS	30º	2,12	2,06	1,83	2,20	37
Pessoa Jurídica						
Cheque especial	1º	3,21	8,59	3,21	13,05	18
Conta garantida	1º	1,58	3,23	1,58	9,36	34
Capital de giro prazo superior 365 dias	3º	1,72	2,36	1,52	3,53	37
Desconto de cheque	9º	2,56	2,89	2,03	4,47	26
Capital de giro prazo até 365 dias	9º	1,88	2,50	0,00	5,41	45

Fonte: BACEN (2015f).

OBS: As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas mês resultam da capitalização das taxas efetivas dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o dia útil subsequente.

Sob a ótica da captação de recursos, no final de agosto de 2015, o volume de depósitos captados pelo BNB atingiu R\$ 11,2 bilhões, correspondendo a pequena queda de 0,4% comparativamente à mesma posição do ano anterior. Do referido montante, a maior parcela era formada por depósito a prazo (62,8%), vindo em seguida o depósito de poupança (16,3%) e os depósitos interfinanceiros (11,1%), para citar os mais relevantes.

Entre os Estados, as maiores elevações na captação de depósitos do Banco do Nordeste, em termos percentuais, no acumulado de 2015 (janeiro – agosto), ocorreram no Piauí (37,0%), Alagoas (27,4%) e Bahia (19,6%).

Em outra perspectiva, o saldo das operações de crédito com recursos próprios do BNB, no final de agosto de 2015, alcançou R\$ 13,8 bilhões, registrando-se acréscimo de 14,9% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Os

estados que apresentaram os melhores resultados foram Espírito Santo (61,3%) e Minas Gerais (32,5%).

O estoque das operações realizadas com recursos do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), operacionalizado pelo BNB, alcançou o montante de R\$ 46,5 bilhões em agosto, correspondendo a um crescimento de 11,7% no saldo sobre igual posição do ano passado. Assim, adicionando-se o saldo do FNE ao total das operações de crédito do Banco do Nordeste, chegou-se ao montante de R\$ 60,4 bilhões no acumulado do ano, registrando aumento de saldo das operações de crédito total do BNB em 12,5% em agosto de 2015. Vale ainda salientar que o FNE participa com 77,0% do saldo total, representando a principal fonte de recurso, de médio e longo prazos, para financiar o desenvolvimento do Nordeste. Durante o ano de 2015, já foram realizadas contratações de 336,3 mil operações com recursos do FNE, injetando recursos de R\$ 6,5 bilhões na área de atuação do BNB.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Economia e finanças: indicadores de conjuntura: gerenciador de séries temporais: economia regional: crédito. Brasília, DF, 2015. Disponível em <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTe-laLocalizarSeries>>. Acesso em: 25 setembro 2015a;

_____. Economia e finanças: indicadores de conjuntura: indicadores econômicos: moeda e crédito. Brasília, DF, 2015. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 25 Setembro 2015b;

_____. Nota para a Imprensa 23.09.2015: política monetária e operações de crédito do sistema financeiro. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>>. Acesso em: 25 Setembro 2015c;

_____. Relatório de Estabilidade Financeira – Março 2015 – Volume 14, Número 1. Brasília, DF, 2015. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2015_03/refP.pdf>. Acesso em: 25 Setembro 2015d;

_____. Estatística Bancária por Município – ESTBAN. Brasília, DF, 2015. Disponível em <<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>>. Acesso em: 28 Setembro 2015e;

_____. Sistema financeiro nacional: informações sobre operações bancárias: taxas de juros de operações de crédito. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/infopban/txcred/txjuros/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 29 Setembro 2015f;

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Informações da área de controle financeiro. Fortaleza, 2015a.

7. ÍNDICE DE PREÇOS

7.1. Inflação

Conforme dados divulgados pelo IBGE, referente ao mês de agosto, o indicador oficial de inflação no Brasil, representado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, registrou redução pelo segundo mês consecutivo, o que repercutiu na estabilização do índice no acumulado dos últimos doze meses. A inflação no Brasil assinalou elevação de 9,5% no acumulado dos últimos doze meses. Espera-se que em razão da fraca atividade econômica, que deve segurar os preços dos alimentos e dos serviços, conjugado com a diluição dos efeitos da elevação dos preços administrados ocorridos no início do ano, resulte na diminuição da pressão inflacionária, apesar de ainda ocorrer a influência da taxa de câmbio em virtude das incertezas nos campos político e econômico.

No âmbito regional, a inflação do Nordeste alcançou 9,1%, nos últimos doze meses, apresentando índice menor do que o Brasil, mantendo a trajetória de nível de preços inferior ao indicador nacional ocorrida em 2014. A inflação do Nordeste foi criada pelo ETENE, a partir dos dados de inflação divulgados pelo IBGE. A metodologia criada pelo ETENE para o índice regional se utiliza de modelo metodológico similar ao índice nacional. Na

edição da Revista BNB Conjuntura Econômica (nº 41) está divulgada a metodologia de construção do referido índice de inflação do Nordeste. A metodologia da Cesta Básica Regional se encontra nesta mesma edição. A inflação mais baixa da Região foi influenciada, sobretudo, pelo índice de Salvador (8,9%), Região Metropolitana que possui o maior peso no cálculo realizado pelo BNB/ETENE para o Nordeste. As Regiões Metropolitanas de Recife e Fortaleza apontaram elevação de preços de 9,0% e 9,5%, respectivamente.

Sob a ótica dos Grupos que compõem o índice de inflação, verifica-se que o Nordeste apresentou indicadores abaixo do nível nacional em 4 dos 9 grupos pesquisados pelo IBGE. O melhor resultado nordestino vis-à-vis ao brasileiro foi em grande medida devido ao grupo habitação, que possui o terceiro maior peso na composição do índice, haja vista a Região ter registrado 12,3%, ante 17,6% em nível nacional. Entretanto, vale salientar que o grupo habitação apresenta a maior elevação em 2015, tanto em nível nacional, quanto na região Nordeste, sendo este influenciado diretamente pelo aumento de preços da energia elétrica residencial.

Tabela 16 – Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA no Brasil e Nordeste – Por Grupo – 2012 a 2015.

IPCA - Grupo Pesquisado	2012		2013		2014		2015 (Var. % em 12 meses)	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Alimentação	9,86	11,92	8,48	8,84	8,03	6,79	10,60	11,30
Habitação	6,81	6,42	3,41	2,74	8,80	10,26	17,60	12,30
Artigos de Residência	0,85	-0,45	7,12	5,81	5,50	5,48	4,50	3,90
Vestuário	5,80	3,69	5,37	6,27	3,65	2,92	3,80	1,90
Transportes	0,46	1,95	3,30	3,37	3,76	2,69	8,00	9,50
Saúde e cuidados pessoais	5,94	5,40	6,95	6,16	6,97	6,97	8,30	8,50
Despesas Pessoais	10,16	9,88	8,40	7,50	8,31	7,54	9,40	9,50
Educação	7,79	8,15	7,92	8,57	8,45	7,87	9,00	8,70
Comunicação	0,76	1,19	1,51	1,67	-1,51	-0,38	0,40	1,80
Geral	5,84	6,53	5,91	5,99	6,41	6,03	9,50	9,10

Fonte: IBGE. Elaboração: BNB/ETENE.

7.2. Cesta básica regional

À exceção do Norte, todas as regiões tiveram queda no valor da cesta básica em agosto, na comparação com julho. Enquanto as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste tiveram quedas próximas aos 3,0%, o Sul caiu apenas 0,4%.

Verificando-se a variação em 12 meses, a cesta regional do Nordeste detém a segunda menor variação, 8,7%. A cesta da região Norte sofreu variação de 4,9%. O Nordeste teve o pico de maior variação, 13,4%, em julho de 2015, comparado com o mesmo mês do ano anterior.

Avaliando-se o crescimento do valor da cesta básica do Nordeste, em termos de variação de 12 meses, observa-se que está abaixo da inflação regional. A cesta cresceu 8,7% para uma inflação de 9,1%. Com isso, a população dos extratos mais baixos de renda, em que a cesta básica é mais relevante no orçamento, tem ainda

uma pequena vantagem financeira.

Das seis capitais pesquisadas na cesta regional do Nordeste, quatro tiveram queda em agosto, com relação a julho: Fortaleza (-4,6%), Aracaju (-0,9%), Natal (-2,5%) e Salvador (-4,0%). João Pessoa cresceu apenas 0,3% e Recife manteve-se estabilizado. As quedas de Fortaleza e Salvador foram as que mais carregaram o índice regional, 1,3% e 1,2%, respectivamente, para a queda regional de 2,8%.

A redução na cesta básica nordestina em julho, -2,8%, deve-se principalmente à redução no preço do tomate, -18,2%, influenciado pela queda em seus preços em Fortaleza, -23,5% e Salvador, -28,0%. A carne, que representa 31,8% da cesta regional manteve seus preços estabilizados no nível de julho.

Tabela 17 – Valor da cesta básica no Brasil e Regiões – 2014-2015

Período		Regiões					
Ano	Mês	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
2014	Jan	311,99	267,64	293,10	317,52	308,00	300,72
	Fev	306,54	265,00	289,16	320,12	306,93	300,10
	Mar	308,29	273,67	320,50	344,18	341,84	319,35
	Abr	310,18	278,70	320,74	352,37	346,84	324,94
	Mai	313,92	287,44	320,39	358,15	351,94	330,55
	Jun	326,41	288,51	313,53	346,97	342,29	325,73
	Jul	319,16	277,92	294,14	336,16	321,84	313,65
	Ago	301,64	272,18	289,95	330,51	316,47	306,82
	Set	300,90	269,84	292,27	327,62	316,19	305,08
	Out	303,34	266,96	297,73	335,38	329,21	309,68
	Nov	307,61	265,91	311,20	336,45	331,64	312,00
	Dez	315,25	273,42	318,27	344,42	333,04	319,20
2015	Jan	314,90	288,87	341,36	361,48	348,62	334,42
	Fev	318,62	296,14	342,55	367,51	348,55	339,51
	Mar	330,00	298,18	340,05	368,55	354,71	341,99
	Abr	327,75	309,05	347,87	378,61	364,18	350,60
	Mai	341,76	332,41	362,83	394,30	376,03	367,69
	Jun	353,96	315,80	349,70	378,67	372,36	356,14
	Jul	331,32	315,18	346,04	382,20	371,17	354,53
	Ago	338,06	306,23	335,98	372,52	369,82	347,31
Mês (%)		2,04	-2,84	-2,91	-2,53	-0,36	-2,04
Mês ano anterior (%)		12,08	12,51	15,87	12,71	16,86	13,20
Mês (-1) ano anterior (%)		3,81	13,41	17,64	13,69	15,33	13,03
Mês (-2) ano anterior (%)		8,44	9,46	11,53	9,14	8,78	9,34
Ano (%)		6,34	11,34	13,31	11,01	10,21	10,72
12 meses (%)		4,94	8,68	11,94	9,51	9,19	9,02

Fonte: Compilado de Dieese (2015).

ANEXO A – PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS: NORDESTE E BRASIL - 2015

Indicadores	Período	Unidade	Nordeste	Δ (%) ¹	Brasil	Δ (%) ¹
Agricultura						
Estimativa produção grãos ²	2014/15	Mil t	16.809,50	0,10	204.478,10	8,20
Estimativa área plantada grãos ²	2014/15	Mil ha	8.204,00	-1,00	58.036,00	1,7
Estimativa produtividade grãos ²	2014/15	Kg/ha	2.049	1,10	3.609	6,40
Indústria						
Produção física industrial	Jan-Ago	Índice	95,7	-4,3	93,1	-6,9
Pessoal ocupado assalariado na indústria	Jan-Ago	Índice			94,4	-5,6
Folha de pagamento real na indústria	Jan-Ago	Índice			93,5	-6,5
Horas pagas na indústria	Jan-Ago	Índice			93,8	-6,2
Comércio						
Comércio varejista (volume de vendas)	Jan-Ago	Índice	95,2	-4,8	97,0	-3,0
Comércio varejista ampliado (volume de vendas)	Jan-Ago	Índice	94,0	-6,0	93,6	-6,4
Comércio Exterior (F.O.B)						
Exportações	Jan-Set	US\$ milhões	10.797,7	-10,4	144.495,7	-16,8
Importações	Jan-Set	US\$ milhões	17.182,3	-19,8	134.247,5	-23,0
Crédito						
Saldo das operações de crédito ³	ago/15	R\$ milhões	396.974,0	9,3	3.132.442,0	9,6
Saldo dos depósitos bancários ³	ago/15	R\$ milhões	10.224,6	4,8	11.171,9	-0,4
BNB - Saldo das operações de crédito (BNB + FNE)	ago/15	R\$ milhões	53.733,5	11,1	60.461,5	12,5
BNB - Contratações FNE	ago/15	R\$ milhões	6.072,2	-14,9	6.523,4	-13,5
BNB - Contratações do PRONAF	ago/15	R\$ milhões	1.394,2	24,7	1.553,4	24,8
BNB - Contratações do CrediAmigo	ago/15	R\$ milhões	5.015,4	17,2	5.253,3	17,4
BNDES + FINAME (emprést. e financ. concedidos)	Jan-Jun	R\$ milhões	14.453,7	34,7	120.581,4	-17,4
Taxa inadimplência operações de crédito ⁴	ago/15	%	3,93 ⁵	3,76 ⁶	3,07 ⁵	2,98 ⁶
Finanças Públicas						
Arrecadação de impostos federais ⁷	Jan-Ago	R\$ milhões	37.937,4	7,6	552.621,3	6,6
Arrecadação de ICMS	Jan-Ago	R\$ milhões	42.263,5	5,5	258.539,5	3,3
Emprego						
			Em 2015	Em 2014	Em 2015	Em 2014
Saldo emprego formal na indústria	Jan-Ago	Mil	-65,55	-53,30	-287,06	35,40
Saldo emprego formal na construção civil	Jan-Ago	Mil	-68,51	2,12	-177,79	86,77
Saldo emprego formal no comércio	Jan-Ago	Mil	-38,52	-3,24	-224,18	-6,41
Saldo emprego formal nos serviços	Jan-Ago	Mil	-21,95	80,51	-5,47	491,91
Saldo emprego formal agropecuário	Jan-Ago	Mil	2,99	8,32	108,38	115,69
Saldo total do emprego formal	Jan-Ago	Mil	-189,13	35,91	-572,79	751,46
Taxa média de desocupação em Recife ⁸	ago/15	%	9,8	7,1	-	-
Taxa média de desocupação em Salvador ⁸	ago/15	%	12,4	9,3	-	-
Taxa média de desocupação no Brasil ⁸	ago/15	%	-	-	7,6	5,0

Fontes: BACEN, BNB, CONAB, CONFAZ, IBGE, MDIC, MF, MTE e MP (2015).

Notas:

(1) Variação em relação a igual período do ano anterior. Para os indicadores monetários, as variações apresentadas são nominais.

(2) Inclui os produtos caroço de algodão, amendoim (1ª. e 2ª. safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª, e 3ª. safras), girassol, mamona, milho (1ª. e 2ª. safras), soja, sorgo, trigo e triticale. 9º Levantamento CONAB.

(2) Valores de variação do ano safra 2014/2015 sobre o ano safra 2013/2014.

(3) Saldo das operações de crédito no Nordeste, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. Os saldos dos depósitos referem-se apenas aos bancos comerciais e aos bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica, no Nordeste e no Brasil.

(4) Nova taxa de inadimplência exclui as operações de cartão de crédito – compras à vista – do total do crédito.

(5) Em março de 2015.

(6) Em março de 2014.

(7) Não inclui receita previdenciária.

(8) A taxa média de desocupação é dada pela relação população desocupada/população economicamente ativa.

Observações:

Por se tratar de trabalho de curto prazo, alguns indicadores apresentam valores provisórios, segundo as próprias fontes oficiais. A produção industrial do Nordeste corresponde aos resultados de todos os estados da Região, e não apenas do CE, PE e BA. As variações para o Nordeste, do comércio varejista e comércio varejista ampliado foram estimadas a partir da agregação do índice de volume de vendas de cada Estado, ponderada pela participação da receita bruta de revenda de cada Estado, na receita bruta da Região, divulgada na Pesquisa Anual do Comércio de 2010, do IBGE. O saldo das operações de crédito ou de depósitos bancários corresponde à diferença entre entrada e saída de recursos. É uma variável de estoque e pontual, uma vez que é apurada em uma determinada data. A taxa de inadimplência corresponde ao valor das operações bancárias vencidas há mais de 90 dias sobre o total dos empréstimos. Contratações e desembolsos de operações de crédito correspondem a uma variável fluxo, significando uma injeção de recursos adicionais, num determinado período de tempo. O saldo do emprego formal corresponde à diferença entre admissões e desligamentos, podendo o mesmo assumir valores positivos ou negativos.

ANEXO B – VALORES ABSOLUTOS

Indicadores	Período/ Mês	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Agricultura										
Estimativa produção grãos ² (Mil toneladas)	2014/15	4.135,50	3.134,30	254,8	17,8	30,4	165	63,1	1.801,30	8.207,30
Estimativa área plantada grãos ² (Mil hectares)	2014/15	1.728,70	1.410,60	903,7	62,7	122,9	466,6	66,3	199,1	3.243,40
Estimativa produtividade grãos ² (kg/toneladas)	2014/15	2.392,00	2.222,00	282	284	247	354	952	4.025,00	2.530,00
Indústria Em Número Índice										
Produção física industrial	Jan-Ago	-	-	90,8	-	-	97,3	-	-	94,1
Comércio Em Número Índice										
Comércio varejista (volume de vendas)	Jan-Ago	95,2	97,1	96,9	98,3	92,2	94,5	93,3	102,8	93,8
Comércio varejista ampliado (volume de vendas)	Jan-Ago	93,8	95,5	97,4	88,0	92,7	91,9	97,1	92,8	94,7
Comércio Exterior (F.O.B) Em US\$ milhões										
Exportações	Jan-Set	2.423,4	351,7	745,8	210,7	104,4	595,2	363,0	65,6	5.937,9
Importações	Jan-Set	3.066,7	98,1	2.239,1	216,1	396,9	4091,0	446,0	161,1	6.467,3
Crédito Em R\$ milhões										
Saldo das operações de crédito 3	ago/15	36.661,0	18.094,0	62.688,0	29.384,0	26.060,0	73.827,0	20.203,0	18.074,0	111.983,0
Saldo dos depósitos bancários 3	ago/15	434,5	341,7	5.668,6	536,3	356,4	1.002,2	185,2	293,7	1.406,1
BNB - Saldo das operações de crédito (BNB + FNE)	ago/15	5.842,6	4.516,4	11.477,9	3.818,1	3.014,7	8.306,6	2.645,6	2.617,8	11.493,8
BNB - Contratações FNE	ago/15	662,3	637,7	1.247,5	275,6	374,8	590,2	251,7	213,5	1.818,9
BNB - Contratações do PRONAF	ago/15	153,4	154,6	212,4	86,2	124,1	180,8	85,2	66,1	331,5
BNB - Contratações do CrediAmigo	ago/15	622,1	582,2	1.576,1	309,1	397,7	369,6	273,0	247,1	638,5
BNDES + FINAME (emprést. e financ. concedidos)	Jan-Jun	1.522,0	1.161,1	2.613,6	787,5	388,5	2.563,6	138,0	175,0	5.104,4
Finanças Públicas Em R\$ milhões										
Arrecadação de impostos federais ⁷	Jan-Ago	3.193,8	1.219,4	6.903,9	2.028,7	2.189,8	9.775,4	1.278,7	1.428,2	9.919,4
Arrecadação de ICMS	Jan-Ago	3.239,3	2.115,8	6.405,4	3.006,8	2.651,2	8.483,2	2.052,3	1.924,8	12.384,8
Emprego Em mil										
Saldo emprego formal - Total	Jan-Ago	-5,63	1,02	-13,60	-10,65	-11,72	-79,45	-25,49	-6,39	-37,22

Fontes: BACEN, BNB, CONAB, CONFAZ, IBGE, MDIC, MF, MTE e MP.

Nota:

(1) Variação em relação a igual período do ano anterior. Para os indicadores monetários, as variações apresentadas são nominais.

Observações:

As notas da Tabela 1 aplicam-se também nesta tabela, para os respectivos indicadores.

ANEXO C – VALORES DOS PRINCIPAIS INDICADORES (%)

Indicadores	Período/ Mês	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	Nor- deste	Brasil
Agricultura												
Em %												
Estimativa produção grãos ²	2014/15	-3,8	12,9	-55,5	-53,5	-47,7	-12,7	-6,1	-28,7	6,9	0,1	8,2
Estimativa área plantada grãos ²	2014/15	-2,3	1,6	-1,9	-9,1	-20,9	-3,2	-18,3	-25,3	2,8	-1,0	1,7
Estimativa produtividade grãos ²	2014/15	-1,6	11,0	-54,6	-48,8	-33,9	-9,8	14,9	-4,5	4,0	1,1	6,4
Indústria												
Em %												
Produção física industrial	Jan-Ago	-	-	-9,2	-	-	-2,7	-	-	-5,9	-4,3	-6,9
Comércio												
Em %												
Comércio varejista - volume de vendas	Jan-Ago	-4,8	-2,9	-3,1	-1,7	-7,8	-5,5	-6,7	2,8	-6,2	-4,8	-3,0
Comércio varejista ampliado - volume de vendas	Jan-Ago	-6,2	-4,5	-2,6	-12	-7,3	-8,1	-2,9	-7,2	-5,3	-6,0	-6,4
Comércio Exterior (F.O.B)												
Em %												
Exportações	Jan-Set	19,3	60,4	-34,9	26,9	-22,5	-14,0	-15,2	11,8	-17,3	-10,4	-16,8
Importações	Jan-Set	-39,6	-53,3	-9,5	3,1	-24,3	-27,7	13,1	-15,8	-3,2	-19,8	-23,0
Crédito												
Em %												
Saldo das operações de crédito ³	ago/15	11,8	16,1	16,9	8,6	11,3	8,1	6,3	8,0	4,8	9,3	9,6
Saldo dos depósitos bancários ³	ago/15	15,8	37,0	-6,8	13,5	-14,3	11,9	27,4	-6,4	19,6	4,8	-0,4
BNB - Saldo das operações de crédito (BNB + FNE)	ago/15	8,7	17,4	16,0	7,3	8,1	7,7	15,6	10,0	9,1	11,1	12,5
BNB - Contratações FNE	ago/15	-13,6	-7,9	9,9	-44,0	8,8	-50,9	-40,7	-42,8	6,9	-14,9	-13,5
BNB - Contratações do PRONAF	ago/15	8,3	34,4	18,2	27,4	31,9	19,6	33,4	30,0	30,4	24,7	24,8
BNB - Contratações do CrediAmigo	ago/15	16,4	19,0	15,6	17,4	14,1	23,3	19,1	10,5	24,0	17,2	17,4
BNDES + FINAME (emprést. e financ. concedidos)	Jan-Jun	-0,8	130,5	66,8	17,4	-14,9	-0,4	-50,1	-13,5	73,3	34,7	-17,4
Taxa inadimplência operações de crédito ⁴	ago/14	4,1	3,7	3,2	3,4	3,9	4,2	5,2	4,2	4,1	3,9	3,1
Finanças Públicas												
Em %												
Arrecadação de impostos federais ⁷	Jan-Ago	16,3	10,3	9,0	8,6	5,9	7,7	6,8	9,0	3,7	7,6	6,6
Arrecadação de ICMS	Jan-Ago	7,8	11,5	6,4	6,2	-6,4	4,2	7,7	8,1	6,2	5,5	3,3
N. variações acima média Nordeste	...											
N. variações abaixo média Nordeste	...											

Fontes: BACEN, BNB, CONAB, CONFAZ, IBGE, MDIC, MF, MTE e MP.

Nota:

(1) Variação em relação a igual período do ano anterior. Para os indicadores monetários, as variações apresentadas são nominais.

Observações:

As notas da Tabela 1 aplicam-se também nesta tabela, para os respectivos indicadores.

... Informações inexistentes ou desconhecidas.